



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PRÁTICA E PESQUISA DE CAMPO 2

**Política Urbana e Urbanização: Uma análise sobre loteamentos
residenciais, no município de Águas Lindas-GO**

JOÃO JEAN MOURÃO DE FREITAS

Brasília, 25 de Junho de 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PRÁTICA E PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Política Urbana e urbanização: Uma análise sobre loteamentos
residenciais, no município de Águas Lindas-GO**

João Jean Mourão de Freitas

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO,
APRESENTADO AO CURSO DE GEOGRAFIA,
CAMPUS DARCY RIBEIRO, UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA, COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE
BACHARELADO EM GEOGRAFIA.

Orientador: Rafael Sânzio Araújo dos Anjos

Brasília, 25 de Junho de 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PRÁTICA E PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Política Urbana e urbanização: Uma análise sobre loteamentos residenciais,
no município de Águas Lindas-GO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Geografia, Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharelado em Geografia.

Banca examinadora:

Brasília, 25 de Junho de 2018.

Orientador. Dr. Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, GEA/UnB

Prof. MSc. Rodrigo de Oliveira Vilela, GEA/UnB

Prof. MSc. Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges, GEA/UnB

Brasília, 25 de Junho de 2018

FICHA CATOLOGRÁFICA

FREITAS, João Jean Mourão. Tema: Política Urbana e urbanização: Uma análise sobre os loteamentos residenciais, no município de Águas Lindas-GO

Orientação: Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, Brasília 2018.

Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia.

|IH/GEA/UnB|

I. Território Usado. II. Loteamento. III. Planejamento Urbano. IV. Zoneamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREITAS, João Jean Mourão. Tema: Política Urbana e urbanização: Uma análise sobre loteamentos residenciais, no município de Ág. Lindas-GO.

CESSÃO DE CRÉDITO

Autoria: João Jean Mourão de Freitas

Título: Política Urbana e urbanização: Uma análise sobre loteamentos residenciais, no município de Águas Lindas-GO.

Grau: Bacharel, 2018.

É concedida à Universidade de Brasília - UnB permissão para reproduzir cópias desta monografia e, ainda, emprestar e/ou vender cópias, somente que destinadas a propósitos científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a devida autorização, por escrito, por ela mesma.

Brasília, 25 de Junho de 2018

RESUMO

As áreas de estudos constituem-se uma amostra de três loteamentos, que localizam-se em Águas Lindas de Goiás. O escopo desta pesquisa, consiste em analisar o processo de ocupação e uso da terra, nestas comunidades residenciais. Atento a urbanização acelerada e desordenada, no município de Ág. Lindas-Go, buscou-se perpetrar trabalhos em Imagens de Satélite, através de Sistemas de Informação Geográfica - SIG, com intuito de georeferenciar os usos das ocupações, de cada loteamento de estudo. Por conseguinte, perpetramos um trabalho de mapeamento, nas Áreas de Preservação Permanente - APP, e nos seus respectivos impactos ambientais antrópicos. Deste modo, não somente analisamos as condições sociais, urbanísticas e ambientais. Mas propusemos, uma proposta de urbanização, para as comunidades residenciais em estudo, respeitando e cumprindo as normas e diretrizes contidas nos marcos institucionais, como o Código Florestal brasileiro e o Plano Diretor municipal de Ág. Lindas - Go. Contudo, a presente pesquisa tem um escopo no fenômeno urbanístico, mas sem deixar de lado, o caráter ambiental, e principalmente geográfico.

Palavras-chave: Território Usado, Loteamento, Planejamento Urbano, Zoneamento.

ABSTRACT

The study areas are a sample of three lots, located in Águas Lindas de Goiás. The scope of this research is to analyze the land occupation and use process in these residential communities. Mindful of the accelerated and disorderly urbanization, in the municipality of Ág. Lindas-Go, we attempted to carry out works on Satellite Images, through Geographic Information Systems (GIS), with the purpose of georeferencing the uses of occupations, of each study subdivision. Therefore, we carry out mapping work in the Permanent Preservation Areas - APP, and in their respective anthropic environmental impacts. In this way, we not only analyze social, urban and environmental conditions. But we proposed a proposal of urbanization for the residential communities under study, respecting and complying with the norms and guidelines contained in the institutional frameworks, such as the Brazilian Forest Code and the Municipal Master Plan of Ág. Lindas - Go. However, the present research has a scope in the urbanistic phenomenon, but without leaving aside, the environmental, and mainly geographic character.

Keywords: Used Territory, Allotment, Urban Planning, Zoning.

SUMÁRIO

1- Introdução.....	09
2- Objetivos.....	10
3- Justificativa.....	10
4- Procedimentos Metodológicos.....	11
5- Conceitos Básicos.....	14
6- Histórico da Urbanização no Centro-Oeste.....	17
7- Área Metropolitana de Brasília.....	26
7.1 Formação.....	28
7.2 Indicadores Sociais.....	30
7.3 Fluxos Rodoviários.....	33
8- Águas Lindas de Goiás.....	35
8.1 Contexto Histórico.....	35
8.2 Indicadores Sociais.....	36
9- Loteamentos Residenciais da Pesquisa.....	41
9.1 Loteamento Jardim América.....	41
9.1.1 Localização.....	41
9.1.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra.....	42
9.1.3 Impactos Ambientais.....	47
9.1.4 Recomendação.....	51
9.2 Loteamento Jardim Califórnia.....	51
9.2.1 Localização.....	51
9.2.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra.....	52
9.2.3 Impactos Ambientais.....	57
9.2.4 Recomendação.....	61
9.3 Loteamento Recreio.....	61
9.3.1 Localização.....	61
9.3.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra.....	62
9.3.3 Impactos Ambientais.....	67
9.3.4 Recomendação.....	70
10- Conclusão.....	71
11- Referência Bibliográfica.....	72

LISTA DE MAPAS

Mapa das Ocupações Urbanas no Centro-Oeste.....	27
Mapa da Área Metropolitana de Brasília.....	29
Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.....	30
Mapas das Ocupações Urbanas na RIDE.....	32
Mapa das Rodovias Federais na RIDE.....	34
Mapa de Localização de Águas Lindas de Goiás.....	35
Mapa do Local de Trabalho População Águas Lindense no DF.....	40
Mapa de Localização do Loteamento Jardim América.....	42
Projeto de Planta Urbana ao Loteamento Jardim América.....	51
Mapa de Localização do Loteamento Jardim Califórnia.....	52
Projeto de Planta Urbana ao Loteamento Jardim Califórnia.....	61
Mapa de localização do Loteamento Recreio.....	62
Projeto de Parque Ecológico Urbano.....	71

IMAGENS DE SATÉLITE

Loteamento Jardim América - 2010.....	43
Loteamento Jardim América - 2017.....	45
Impactos Ambientais no Loteamento Jardim América.....	48
Loteamento Jardim Califórnia - 2010.....	53
Loteamento Jardim Califórnia - 2017.....	55
Impactos Ambientais no Loteamento Jardim América.....	58
Loteamento Recreio - 2010.....	63
Loteamento Recreio - 2017.....	65
Impactos Ambientais no Loteamento Recreio.....	68

LISTA DE TABELAS

Região Centro-Oeste: Evolução da População (1940-1950).....	17
Região Centro-Oeste: Cidades e População (1950).....	19
Região Centro-Oeste: Evolução da População (1960-1970)	19
Região Centro-Oeste: Cidades e População (1970).....	22
Região Centro-Oeste: Evolução da População (1980-1996).....	23
Região Centro-Oeste: Cidades e População (1980).....	24
Região Centro-Oeste: Distribuição de Cidades (1996).....	25
Região Centro-Oeste: Distribuição de Cidades (2007).....	26
Indicadores Socioeconômicos da RIDE.....	31
Local de Trabalho da População da AMB.....	33
População, segundo o sexo - Águas Lindas de Goiás.....	36
População, segundo a cor ou raça - Águas Lindas de Goiás.....	36
População, segundo nível de escolaridade - Águas Lindas de Goiás.....	37
Domicílios, segundo as classes de renda domiciliar - Águas Lindas de Goiás.....	38
População, segundo o local onde trabalha - Águas Lindas de Goiás.....	39

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está estruturada em nove capítulos, mas somente o último é voltado a abordar e analisar os loteamentos de estudo. Antes de iniciarmos a discussão introdutória deste trabalho, seria interessante abordarmos o tema da pesquisa. O que pretendemos, ao longo do desenvolvimento deste projeto, é chegar a respostas/elucidações sobre o processo de ocupação e uso da terra, nas comunidades de estudo. Portanto, este último capítulo da pesquisa, procuramos abordar a localização espacial dos loteamentos de estudo, no município de Águas Lindas de Goiás. Debateremos o início das formações das comunidades. Discutiremos e divulgaremos o uso das ocupações (habitação, comercial e industrial). Relataremos as condições do Planejamento Urbano e os Serviços Públicos oferecidos pelo Estado, e os impactos ambientais, decorrentes do parcelamento irregular do solo. Contudo, o capítulo nove abordará e analisará, os objetos de estudos, ou seja, os loteamentos Jardim América, Jardim Califórnia e Recreio.

Com relação ao capítulo sexto, discutiremos sobre o histórico de urbanização na região centro-oeste. De antemão, teremos um recorte espaço-temporal de 1940-2007, tempos em que são introduzidos, os primeiros censos demográficos oficiais do Estado, no território brasileiro. Por outro lado, são anos que a população do centro-oeste, retira-se do campo para ocupar efetivamente núcleos urbanos, na região em questão. No mais, teremos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e as bibliografias de relevância, para discutir com propriedade e atributos a urbanização na região centro-oeste. Enquanto o sétimo capítulo, abordaremos sobre a Área Metropolitana de Brasília - AMB. Mais precisamente, sobre a formação territorial e as influências política e econômica, que exerce sobre municípios goianos e mineiros, limítrofes ao Distrito Federal. No oitavo capítulo, debateremos sobre o município goiano de Águas Lindas de Goiás. Retratar sua formação histórico-geográfica, os indicadores sociais, e o local de trabalho da população Águaslindense no Distrito Federal. Tanto no capítulo oitavo quanto no sétimo, teremos o apoio para discutir estes assuntos de suma importância, os dados estatísticos adquiridos da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN. Por fim, os demais capítulos não retratados nessa introdução, consistem em descrever minuciosamente o modus-operandi de desenvolvimento da presente pesquisa. Contudo, este trabalho é fruto de pesquisas acadêmicas em Ág. Lindas-Go, embasado e encorpado com os pressupostos filosóficos e metodológicos da Ciência Geográfica.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Caracterizar e analisar, com embasamento nos marcos institucionais e nas investigações geo-espaciais, os loteamentos residenciais da pesquisa.

2.2 Específicos

Descrever os padrões dos usos das ocupações, conjuntamente, com a infraestrutura urbana e os serviços públicos, como intuito de desvendar, as áreas que foram privilegiadas para habitação ou atividades econômicas;

Apontar os problemas urbanísticos, que trazem transtornos ao bem-estar da comunidade e ao meio ambiente, devido ao precário planejamento, do poder público local;

Identificar e georeferenciar impactos ambientais, em Áreas de Preservação Permanente, ocasionado pelo parcelamento irregular da terra.

3. JUSTIFICATIVA

A presente comunicação abordará a conjuntura de três loteamentos residenciais, no município de Águas Lindas de Goiás. Considerando que é um assunto pouco debatido entre os órgãos públicos de fiscalização do Estado, veículos de comunicação da mídia e nas comunidades acadêmicas. De antemão, o compromisso deste trabalho passará por várias ações indispensáveis, para o bom desempenho deste projeto, como perpetrar um relato da morfologia urbana, com intuito de descrever e caracterizar os usos das ocupações, nos loteamentos de pesquisa. Paralelamente, examinaremos a qualidade da infraestrutura urbana e dos serviços públicos, com intuito de averiguar a maior ou menor presença do Estado, nas comunidades de estudo. Averiguar possíveis problemas urbanísticos e impactos ambientais que possam qualificar os loteamentos como irregular, perante ao Código Florestal brasileiro. Confeccionaremos mapas de localização e dos usos das ocupações, através de imagens de satélite, com o propósito de compreender a organização espacial dos loteamentos de pesquisa. Assim, pela forma que será desenvolvido o projeto, analisando as condições das comunidades, poderá orientar as políticas públicas locais, no município de Águas Lindas de Goiás, e também servirá de consulta a interesses de discentes/docentes das comunidades acadêmicas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O compromisso de desenvolvimento desse projeto, passará por ler *marcos institucionais*, como a Lei Municipal 341 - Plano Diretor Urbano de Águas Lindas-Go (Vigente desde 2002), com objetivos de entender os princípios e as regras da política de expansão urbana, do município em questão. Bem como também, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) e a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, marcos institucionais de circunscrição nacional, que emitem normas e regulações sobre a política urbana e a exploração/uso do meio ambiente. Leremos ainda, um relatório do Ministério Público do Estado de Goiás - MPEG (encontrados no site do mesmo), que levanta um parecer técnico, sobre as causas e consequências das criações dos loteamentos irregulares nos municípios limítrofes do Distrito Federal. A leitura e a análise dos marcos institucionais, são de suma importância, pois emitem as regras e propostas do Estado, para formulação de políticas públicas, leis e a regulação da sociedade em seu território.

Outro passo importante, será o acesso a sites na internet, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, com o propósito de obter dados/informações institucionais histórico-geográficos e socioeconômicos da Região Centro-Oeste, da Área Metropolitana de Brasília - AMB, e do Município de Águas Lindas de Goiás. Por fim visitaremos, o site do Sistema Estadual de Geoinformações do Goiás - SIEG, com intuito de extrair materiais de trabalho, como shapefiles, para confecção de Mapas, através do software livre Quantum GIS - Qgis. Consultaremos ainda, mapas institucionais (Prefeitura Municipal e da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército - DSGE) que retratam o território do município de estudo. Contudo, a obtenção dos indicadores socioeconômicos e das representações cartográficas institucionais nos permitiram descrever e compreender os objetos de pesquisa, de forma fidedigna e coerente.

Serão realizados trabalhos de campo, de caráter investigativo, nos loteamentos de estudo, localizados no município de Águas Lindas-Go. Com a iniciativa de conhecer e analisar a qualidade/presença da infraestrutura e os serviços públicos ofertados pelos Estado. E por fim, os usos das ocupações, nos loteamentos de pesquisa. Conjuntamente aos trabalhos de campo, realizaremos registros fotográficos, por meio de câmera digital, dos problemas urbanísticos que trazem transtornos aos moradores da comunidade, e

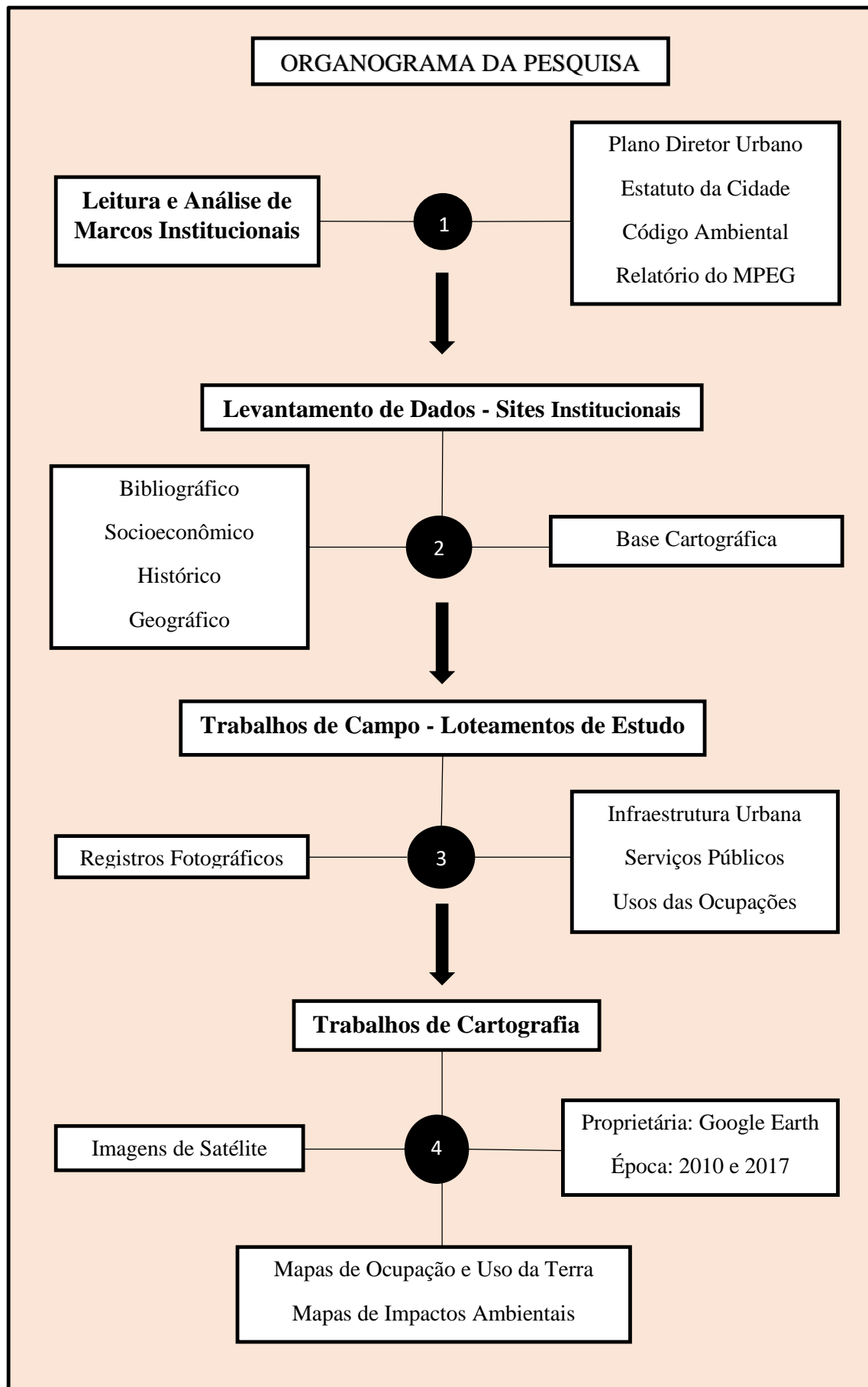
também os de ordem ambiental. Portanto, as saídas de campo e os registros fotográficos, serão meios para alcançar conhecimentos estruturais dos loteamentos de estudo.

A extração de informações, por meio de imagens de satélite, é um recurso de suma importância, pois retratam fidedignamente a configuração sócio-territorial de um determinado bairro, cidade ou até mesmo uma região. De antemão, extrairemos Imagens de Satélite do software Google Earth, as quais abarcam as comunidades em estudo, de Águas Lindas-GO. Assim, os dados contidos nessas imagens de satélites, nos permitirão observar com clareza a morfologia urbana, os problemas urbanísticos, e os possíveis impactos ambientais, em Áreas de Preservação Permanente-APP nos loteamentos.

Análise dos dados

Em seguida, com o término da etapa de apreensão dos dados e informações institucionais, será perpetrado análises, nas imagens de satélite do Google Earth. Com relação aos dados adquiridos nos sites institucionais, trabalhos de campos e registros fotográficos, servirão como fonte de consulta. Portanto, os dados geo-espaciais materializados e capturados, nas imagens de satélites, consideremos fontes confiáveis, para elucidarmos a organização sócio territorial e as especificidades, das comunidades.

As imagens de satélite, dos loteamentos de estudo, datam de 2010 e 2017 (anos em que o processo de urbanização nas comunidades, se forma, se expande e consolida). A técnica de análise, a título de exemplificação, consiste em utilizar a fotointerpretação e o mapeamento (ressaltando o processo de ocupação e os usos comerciais, residenciais e industriais), em duas imagens de satélite, com sete de diferença, dos loteamentos de pesquisa. Logo, o grau de informações materializadas e extraídas, em cada imagem de satélite, nos permitirão descrever e compreender o Processo de Ocupação e o Uso da Terra, nos loteamentos de estudos, ao longo do tempo. Em seguida, teremos um organograma das etapas dos procedimentos metodológicos aplicados durante a pesquisa.



5. CONCEITOS BÁSICOS

A Geografia é uma ciência institucionalizada e sistematizada desde o século XIX, contendo o espaço geográfico (natural, transformado ou artificial), como objeto de estudo. Nesse período, diversificadas correntes de pensamento embasaram e contribuíram na pesquisa geográfica e na formulação de conceitos. A Ciência Geográfica mantém o monopólio, de quatro conceitos basilares (espaço, território, região e lugar). De antemão, os paradigmas determinista e materialista contribuíram notoriamente para formulação de teorias geográficas e categorias de análises. Contudo, durante o andamento de trabalhos e pesquisas, o profissional Geógrafo lança mão de um arsenal de teorias e conceitos, para abordar e compreender determinado fenômeno de estudo.

Entretanto, nos embasaremos no conceito de Território, para descrever e analisar os loteamentos de pesquisa no município de Águas Lindas-GO. Não iremos apresentar, um panorama de diferentes concepções de Território. Mas apresentar, aquela que irá nos embasar, na abordagem desta pesquisa. Dessa forma, recorreremos ao autor Milton Santos, nos ensinando que na análise social deveremos considerar o Uso do Território, e não o Território em si. De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira, o Uso do Território pode ser definido pela

Implantação de infraestrutura [...], mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A autora Marília Steinberger discute a relação entre o uso do território e a sua função, nos exemplificando, que *“é comum se encontrar referências a cidade como um conjunto articulado de funções e, conseqüentemente, de usos”*. Logo compreendemos que a função estabelecida de uma determinada zona do território municipal, pode inferir seu uso. No entanto, os autores Gomes, Steinberger e Barbosa abordam ainda os múltiplos usos, em uma mesma parcela do território, nos admitindo que

Uma parcela do território da cidade, cuja função seja residencial, possui uso residencial. Caso surjam estabelecimentos comerciais nessa mesma

parcela, ela assume uma nova função e um novo uso, o comercial, que coexiste com o residencial. (STEINBERGER, 2013).

Ao abordarmos determinado território, em perspectiva miltoniana, enquanto ao Uso perpetrado, nos permite descrever e compreender as funções (industriais, comerciais e habitacionais), impostas pelos agentes hegemônicos e o Poder Público, em parte ou todo território. Deste modo, é preciso entender o território, além de uma linha/fronteira imaginária de circunscrição do Estado-Nação, mas como receptáculo/gerador de ações (política, econômica e cultural), posse apropriada e usado por todos, em conflito.

A definição de Loteamento, é pouco debatido na literatura, que retrata a questão urbana, no território brasileiro. No entanto, divulgaremos quatro definições propostas da Lei Nº 6.766 de 1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), sobre os loteamentos em condições distintas. Em seguida, são elas

- Loteamento: É a subdivisão de gleba em lotes, destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- Loteamento regular: É o loteamento devidamente aprovado pelo Poder Público e registrado no Cartório de Registros de Imóveis (CRI);
- Loteamento irregular: É aquele que possui aprovação do Poder Público, registrado ou não, mas que o loteador não providenciou sua execução ou a execução se deu em desconformidade com o ato de aprovação ou as normas aplicáveis;
- Loteamento clandestino: É clandestino o loteamento quando não possui aprovação do poder público e/ou o registro no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) competente, resultando inviabilizada a matrícula e individualização dos respectivos lotes.

Portanto, as duas últimas definições proposta de loteamento pela Lei, nos designa a ilegalidade burocrática e/ou desconformidade com a legislação ambiental, no tramite da execução do projeto de determinado loteamento. Acarretado, em muitas das vezes, por imobiliárias, grileiros e até mesmo agentes públicos, contando com a omissão dos órgãos públicos de fiscalização. Outro conceito importante, para o embasamento desse trabalho é o de Planejamento Urbano. Este abordado e compreendido, como um processo de

“beneficiamento igualitário”, para as cidades brasileiros. Segundos os autores Costa, Ferreira e Villaça, o planejamento urbano consiste em uma

Ação do Estado sobre o território urbano, caracterizando uma pretensa visão geral ou de conjunto; o planejamento urbano, então, pode ser visto como um produto, ora como um processo. (COSTA, FERREIRA e VILLAÇA, 2010).

Contudo, entendemos que o planejamento urbano, idealizado e executado pelo Poder Público, tem como escopo o fenômeno urbano (regulando o uso e a ocupação do solo; e a própria expansão urbana) com objetivo principal, do desenvolvimento urbano (políticas e estratégias de beneficiamento a comunidade). De acordo com os autores Costa, Ferreira e Carvalho, o planejamento urbano pode ser considerado como um

“Instrumento relevante no processo de desenvolvimento das cidades e diz respeito, acima de tudo, a coordenação de tomada de decisões e ações públicas no espaço-tempo, de maneira que, levando como ponto focal o problema urbano, privilegiando a promoção do desenvolvimento das cidades”. (COSTA, FERREIRA e VILLAÇA, 2010).

É importante ressaltar, que diversas cidades brasileiras se formaram e se expandiram sem uma proposta adequada de planejamento urbano por parte do Estado. Dessa forma, desrespeitando os princípios e as normas dos instrumentos de planejamento urbano, como planos diretores e a própria legislação ambiental.

Por fim, apresentaremos a definição e os objetivos do Zoneamento. Na qual é tratado como um procedimento urbanístico, com intuito de regular o uso do solo e das edificações em áreas ou zonas homogêneas, em um determinado território municipal. Segundo o autor Paulo Machado, o zoneamento consiste em dividir o território em parcelas, nas quais se autorizam “*determinadas atividades ou se interdita outras, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras atividades*”. (MACHADO, 1992). Fica subentendido, que o zoneamento urbano, tem uma proposta de divisão e setorização do espaço urbano, com o discurso de apaziguar os conflitos de uso do solo, mas obedecendo a idealização e as necessidades das classes dominantes. Para autor Villaça, o manuseio do procedimento de zoneamento, tem como iniciativa resolver

Problemas dos bairros das classes médias e acima da média e o atendimento a requisitos e padrões urbanísticos dessas classes. O conflito entre usos, um problema menor para nos bairros populares, é uma questão central nos zoneamentos convencionais. [...] Tais leis são voltadas para solucionar problemas de aparência e cumprir os requisitos das burguesias; nos bairros populares, quando existem são extremamente permissivas (com exige o mercado), portanto inócuas. (VILLAÇA, 1998).

Assim como demostramos, o zoneamento é um procedimento de planejamento urbano, projetado e executado pelo Estado. Recaindo seus interesses e ações, sobre uma determinada parcela ou todo território. Ao admitirmos, que todos fazem perpetrar uso do território, paralelamente deveremos reivindicar uma maior participação na idealização/elaboração do planejamento urbano. Logo, nos garantindo uma maior garantia e o direito a mobilidade, a habitação e ao lazer na cidade.

6. HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL CENTRAL

Os primeiros censos demográficos levantados pelo Estado brasileiro, iniciaram-se nos anos de 1940. No entanto, existe um consenso entre autores, os quais retratam a questão urbana, que a partir dessa década, a população brasileira começa a retirar-se do campo com maior intensidade, para ocupar centros urbanos (vilas, cidades e capitais). Desse modo, o processo de ocupação de áreas urbanas no território brasileiro, perdurou por três décadas, ocasionado pela escassez da oferta de trabalho e conflitos sociais no campo, e da perspectiva de qualidade de vida em áreas urbanas. Contudo, no decorrer da década de 1980, a população brasileira que residia no campo, passou a residir predominantemente em centros urbanos do Brasil. A seguir, temos um quadro representativo, da evolução da população em áreas urbanas, na região Centro-Oeste.

Região Centro-Oeste: Evolução da População (1940-1950)					
Ano	Pop. Urbana	(%)	Pop. Rural	(%)	Total
1940	270.837	21,52	987.842	78,48	1.258.679
1950	423.497	24,38	1.313.468	75,62	1.736.965
<i>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>					

Ao analisarmos a tabela acima, podemos inferir que em 1940, a população total desta região era de 1.258.679 habitantes. No entanto, predominava a população rural com

987.842 habitantes. Quanto à população urbana, ela era apenas 270.837 habitantes, o que equivale a uma taxa de urbanização de apenas 21,52%. Em 1950, a população atingiu o total de 1.736.965 habitantes, sendo distribuídos em 1.313.468 habitante rurais e 423.967 habitantes urbanos, o que corresponde a uma urbanização de 24,38%. Contudo, entre as décadas de 1940 e 1950, a região Centro-Oeste, se posicionou na última colocação, entre as regiões do Brasil, em termos de urbanização. Desse modo, nos idos das décadas de 1940 a 1950, a população da região em questão, se concentrava predominantemente no campo. Entre as décadas de 1940 e 1950, a região Centro-Oeste foi se tornando atrativa economicamente, consequentemente, passou a receber um grande contingente de novos habitantes. As autoras KELLER e MAGNANINI (1977, pg. 117) relatam que

A descoberta e a exploração de monções diamantíferos e de cristal de rocha foi fator de atração de garimpeiros nordestinos para as bacias do alto Araguaia, alto São Lourenço e rio das Garças para a exploração de diamantes, em Mato Grosso e para o médio Araguaia e a bacia do rio Formoso, seu afluente, para a exploração do cristal de rocha em Goiás. A expansão da agricultura, principalmente do café no “Mato Grosso de Goiás”, foi fator de atração de população para a área, além das entradas de colonos nas Colônias Agrícolas Nacionais que vieram reforçar os fluxos migratórios do período. (Apud VIEIRA NETO, 2008, pg.41).

Desse modo, a ocupação territorial e a urbanização na região Centro-Oeste, conteve como mola propulsora, por um lado, o Estado com incentivos à colonização, criando colônias agrícolas, e por outro lado, o potencial da atividade agrícola e extrativa mineral, que a região oferecia a seus imigrantes. Logo abaixo, teremos outro quadro representativo, do tamanho e da quantidade, das cidades na década de 1950.

Região Centro-Oeste: Cidades e População (1950)		
Habitantes	Cidades	População
Até 1.000	35	23.887
De 1.001 até 2.000	40	58.252
De 2.001 até 5.000	23	72.470
De 5.001 até 10.000	9	58.934
De 10.001 até 20.000	2	37.075
De 20.001 até 50.000	3	95.324
Total	112	345.942
<i>Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, A. Capdeville, (Org.). Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste, v.1, p. 203. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>		

Ao visualizarmos a tabela acima, constatamos que região Centro-Oeste, registrava um predomínio de 98 cidades, contendo no máximo até 5.000 mil habitantes. Paralelamente, esta região de estudo, continha um número de 14 cidades, registrando uma quantidade de até 50.000 habitantes. Contudo, nos primórdios da década de 1950, a região Centro-Oeste registrava um total de 112, e uma população de 345.942. Entretanto, a chamada região Centro-Oeste, conteve uma urbanização tardia, comparado a outras cinco regiões Brasileiras. Em seguida, teremos outro quadro representativo, da evolução da população em áreas urbanas e rural, na região Centro-Oeste.

Região Centro-Oeste: Evolução da População (1960-1970)					
Ano	Pop. Urbana	(%)	Pop. Rural	(%)	Total
1960	1.007.228	34,22	1.953.764	67,78	2.942.992
1970	2.437.379	48,04	2.635.880	51,96	5.073.259
<i>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>					

Ao analisarmos a tabela acima, inferimos que em 1960, o Centro-Oeste já contava com 2.942.992 habitantes, sendo que 1.953.764 habitantes estavam no campo, o que correspondia a 67,78%. A população urbana cresceu, ou seja, o aumento da população urbana durante a década de 1950-60 foi de 583.731, o que corresponde a uma taxa de urbanização de 34,22%. No entanto, na década de 1970, essa região registrava uma população de 5.073.259 habitantes. Na área urbana, contava com uma população de 2.437.379, enquanto no campo, registrava 2.635.880, o que correspondia a 51,96%. Nessa década, a população urbana conteve um aumento, de 1.430.151 habitantes, logo obtendo uma taxa de urbanização de 48.04%. Contudo, entre as décadas de 1960 e 1970, a região Centro-Oeste, se posicionou entre a quarta e a segunda colocação, entre as regiões do Brasil, em termos de urbanização. Em termos quantitativos, a região em questão, teve seu ponto de inflexão, a partir da década de 1970, quando a sua população projeta-se a concentrar mais em áreas urbanas, do que em áreas rurais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreram fatos significativos, que acarretaram no desenvolvimento populacional e da própria urbanização, dentre elas o redirecionamento da Capital Federal, para o Centro-Oeste. Nos escritos dos autores (GUIMARÃES e LEME, 1988, pg. 42) exprime que os primórdios da segunda metade do século, marcaram

A arrancada no desenvolvimento do Centro-Oeste, puxada no primeiro momento pela intensa imigração atraída pela nova capital e pelos grandes projetos de migração, que promoveram rápido adensamento no interior dos Estados (...). Com a infraestrutura e a expansão populacional iniciou-se a transformação das estruturas produtivas e, em particular, a ampliação da circulação de mercadorias e diversificação dos setores produtivos nos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais. (Apud CUNHA, 2002, pg. 14).

Nessas duas décadas, o Governo Federal continuou a incentivar a interiorização do País, principalmente com a construção de novas Rodovias Estaduais e Federais, que interligavam as regiões do Brasil. Acarretando na integração regional, que possibilitava resolver problemas socioeconômicos e a movimentação da população para diversas localidades do território brasileiro. De acordo com os pesquisadores/professores VIEIRA, ALMEIDA, BUAINAIM, RAMOS, as políticas públicas tiveram impactos significativos, nas imigrações para a região Centro-Oeste, pois

Sob os impactos do Plano de Metas e da ampliação da infra-estrutura rodoviária, ocorre uma aceleração do movimento migratório para o Centro-Oeste, que na década de 1950, quando se acentua a integração intra e inter-regional, apresentou taxa de crescimento médio de 5,3% ao ano. Durante a década de 1960, esse processo atinge seu auge e a ocupação do território torna-se um movimento contínuo, potencializado pela nova capital federal e pela presença dos grandes eixos rodoviários e, de outro lado, pelo crescimento do mercado interno e incorporação complementar da fronteira. (VIEIRA, ALMEIDA, BUAINAIM, RAMOS, 2000, pg. 6).

No pensamento das autoras KELLER e MAGNANINI, a urbanização pode constituir um índice de desenvolvimento. No entanto, a urbanização na região Centro-Oeste, foi acarretada por desequilíbrios econômicos no campo, mas possibilitou o surgimento de novos núcleos urbanos. Segundo essas mesmas autoras (1977, pg. 120) exemplifica que

As transferências de populações do meio rural para as cidades deveriam ser consequências do aumento da rentabilidade do setor Primário e da maior oferta de empregos Secundários e Terciários. Porém, na Região, não é o que acontece, pois grande parte do êxodo rural se dá em consequência

do baixíssimo rendimento das atividades primárias. A redistribuição da população regional nos quadros urbanos e rurais se deve não só ao crescimento das cidades já existentes e sobretudo da expansão de Brasília como também do surgimento de novos núcleos urbanos e de vilas. Em se tratando de uma Região em processo de povoamento esse fator é importante causa de incremento da urbanização; as cidades e vilas aumentaram, na Região, de 80 e 148 respectivamente, em 1940, para 306 e 225 em 1970. Nas frentes de expansão agrícola se dá não somente o crescimento dos quadros rurais como também a fundação de núcleos urbanos, pequenos centros de comércio e de serviços para a população em expansão. (Apud VIEIRA NETO, 2008, pg.47).

As políticas governamentais do Estado brasileiro, de incentivos fiscais e créditos, voltadas para o desenvolvimento da agropecuária, motivaram aumento dos fluxos migratórios da região sul ao Centro-Oeste. Consequentemente, houve um aumento na ocupação e urbanização da região. Os autores MARTINE e GARCIA (1989, pg. 61) nos revela umas das causas do êxodo rural no campo, e exprime que o

Modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (Apud PIRES E RAMOS, 2009, pg. 417).

Contudo, as políticas públicas dos Governos Cívicos/Militares brasileiro, na primeira e segunda metade do século XX, tiveram um impacto significativo no crescimento demográfico e na urbanização da chamada região Centro-Oeste, à medida que perpetraram a transferência da Capital Federal do Estado do Rio de Janeiro para o território do Distrito Federal; a aberturas de novas rodovias federais e estaduais; e por fim, os programas governamentais de beneficiamento ao Capital agropecuário, que estimularam a expulsão de massas de trabalhadores do campo para as médias e grandes cidades. Desse modo, estes fatos corroboraram para criação de novos núcleos urbanos e o seu alargamento vertical ou horizontal, bem como também, seu crescimento demográfico em áreas urbanas. Logo abaixo, temos outro quadro representativo do tamanho e da quantidade das cidades, no ano de 1970.

Região Centro-Oeste: Cidades e População (1970)		
Habitantes	Número de Cidades	População
Até 1.000	82	56.767
De 1.001 até 2.000	75	105.584
De 2.001 até 5.000	85	268.837
De 5.001 até 10.000	32	231.921
De 10.001 até 20.000	20	262.803
De 20.001 até 50.000	7	216.422
De 50.001 até 100.000	2	172.968
Mais de 100.000	3	1.009.415
Total	306	2.324.717
<i>Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, A. Capdeville, (Org.). Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste, v.1, p. 213. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>		

Ao visualizarmos a tabela acima, constatamos que havia um predomínio de 242 cidades, contendo no máximo, até 5.000 habitantes. Paralelamente, nesta região de estudo, continha um número de 64 cidades, podendo chegar a marca de 100.000 habitantes. Outro fato interessante, é que existia 3 cidades registrando uma população de 1.009.415. Não obstante, continha 85 cidades contendo uma população de 268.837. Por fim, nos primórdios da década de 1970, a região Centro-Oeste contabilizava um total de 306 cidades, e uma população de 2.324.717 habitantes. Em seguida, teremos outro quadro representativo, da evolução da população em áreas urbanas, na região centro-oeste.

Região Centro-Oeste: Evolução da População (1980-1996)					
Ano	Pop. Urbana	(%)	Pop. Rural	(%)	Total
1980	5.114.597	67,79	2.430.198	32,21	7.544.795
1991	7.663.122	81,28	1.764.479	18,72	9.427.601
1996	8.865.836	84,42	1.635.644	15,58	10.501.480
<i>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>					

Perpetrada a análise na tabela acima, no ano de 1980, a população atingiu um total de 7.544.795 habitantes. Na área urbana, registrou-se 5.144.597 habitantes. Enquanto na área rural, continha um número de 2.430.198 habitantes. Dessa forma, a taxa de urbanização marcou 67.79%, na região Centro-Oeste. Com relação ao ano de 1991, o número da população, registrou 9.427.795 habitantes. A prevalência foi para o setor urbano com 7.663.122 habitantes e apenas 1.764.479 habitantes rurais. Portanto, nessa década a região Centro-Oeste, constatou uma taxa de urbanização de 81,28%. No ano de

1996, a região em questão, registrava 10.501.480 habitantes, sendo que população urbana era de 8.865.836 habitantes. Enquanto que população rural era apenas 1.635.644 pessoas. E a região Centro-Oeste, alcançou o índice de urbanização de 84,42%. Contudo, a urbanização na região em questão, consolidou-se a partir da década de 1980, ou seja, o número de habitantes urbanos superou os de habitantes do campo. Mas, o crescimento da população em áreas urbanas, na região Centro-Oeste, já ocorria na década anterior. Outro fato expressivo, é que na região em questão, consagrou-se na segunda colocação, contendo os maiores índices de urbanização, entre as cinco regiões brasileiras.

No decorrer da década de 1980, o Estado brasileiro, continuou investindo em infraestrutura viária. Desse modo, permitindo o avanço da fronteira agrícola, na região Centro-Oeste, mais precisamente no Estado do Mato Grosso do Sul. Logo, possibilitando o surgimento de novos núcleos urbanos. Na concepção do autor MARTINE, o crescimento populacional na região Centro-Oeste, ocasionou o alargamento de áreas urbanas. Segundo este mesmo autor (1995, pg. 7), a região em questão indica a presença, de dois padrões de crescimento urbano, nos Estados de

[...] Goiás, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal apresentaram um ritmo de crescimento que já não denota o dinamismo de área de fronteira ou da nova Capital. Por outro lado, o crescimento observado nesse grupo é nitidamente um crescimento de caráter urbano. (Apud VIEIRA NETO, 2008, p. 54).

Desse modo, refletimos à medida que há um crescimento demográfico em áreas urbanas, por outro lado, ocorre naturalmente o seu alargamento territorial. Em muitos casos, a expansão de áreas urbanas ocorre desordenadamente e desrespeitando marcos institucionais urbanos (Estatuto da Cidade e o Plano Diretor) ambientais (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal brasileiro). A título de exemplificação, municípios geograficamente localizados em Áreas Metropolitanas de Capitais importantes, e devido suas deficiências na administração pública e planejamento urbano, evidencia impactos ambientais antrópicos, em Áreas de Preservação Permanente - APP, ocasionados pela a expansão urbana desordenada. No entanto, no próximo capítulo trataremos mais especificadamente, sobre esse assunto atual e importante, na questão urbana no Brasil. Logo abaixo, teremos outro quadro representativo, do tamanho e da quantidade, das cidades no ano de 1980.

Região Centro-Oeste: Cidades e População (1980)		
Habitantes	Número de Cidades	População
Até 1.000 hab.	34	24.319
De 1.001 até 2.000	67	98.831
De 2.001 até 5.000	98	322.542
De 5.001 até 10.000	70	484.086
De 10.001 até 20.000	34	469.944
De 20.001 até 50.000	20	566.964
De 50.001 até 100.000	6	379.978
Mais de 100.000	5	2.453.197
Total	334	4.799.861
<i>Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, A. Capdeville, (Org.). Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste, v.1, p. 218. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>		

Ao visualizarmos a tabela acima, inferimos que a população urbana, distribuía-se por 334 cidades, na região Centro-Oeste. Dessa forma, existia um predomínio de 269 municípios, que registravam até 10.000 habitantes. Paralelamente, na região em questão, continha 5 cidades possuindo mais de 100.000 habitantes. Outro fato interessante, é que havia 5 cidades contendo uma população de 2.453.174. Não obstante, existia 98 cidades registrando uma população de 322.542. Por fim, a região Centro-Oeste nos primórdios da década de 1980, mantinha 334 cidades, e uma população de 4.799.861. Contudo, as grandes e médias cidades na região em questão, concentrava os maiores contingentes populacionais. Por outro lado, as pequenas cidades continuavam com os menores contingentes populacionais, na sua área urbana. Desse modo, as grandes capitais como Brasília - DF e Goiânia - GO, e outras cidades medias como Anápolis - GO e Rondonópolis – MT concentravam o grande contingente populacional, nos idos da década de 1980. No entanto, existe um consenso entres os autores, a quais retratam a questão urbana no Brasil, que a criação de novos núcleos urbanos na região Centro-Oeste, estar vinculado abertura de novos trechos rodoviários, e por outro lado, os avanços consecutivos da fronteira agrícola. Há de ressaltarmos, que o Estado de Goiás possui a maior quantidade de cidades, desde de 1940 a 2007 (segundo os registros do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE). Mas o Estado de Mato Grosso, por conter um potencial agropecuário forte, vem criando nas últimas décadas, novos núcleos urbanos na região Centro-Oeste. Em seguida, teremos outro quadro mais robusto e representativo, do tamanho e da quantidade, das distribuições das cidades no ano de 1996.

Região Centro-Oeste: Distribuição de Cidades (1996)					
Tamanho	Mato G. do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	Total
Até 1.000 habitantes	-	03	03	-	6
De 1.001 até 2.000	05	19	47	-	71
De 2.001 até 5.000	20	35	88	-	143
De 5.001 até 10.000	20	28	35	-	83
De 10.001 até 20.000	22	20	27	-	69
De 20.001 até 50.000	05	08	20	-	33
De 50.001 até 100.000	03	01	08	-	12
De 100.001 até 200.000	01	02	-	-	03
De 200.001 até 300.000	-	-	03	-	03
De 300.001 até 500.000	-	01	-	-	01
Mais de 500.000	01	-	01	-	01
Mais de 1.000.000	-	-	-	01	01
Total	77	117	232	01	446
<i>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>					

Ao analisarmos a tabela acima, podemos inferir que nos idos de 1996, o Centro-Oeste constituía uma teia urbana, composta por 446 cidades. Se compararmos o número de cidades, em relação ao ano de 1980, veremos que até o ano de 1996, houve um aumento de 112 novas cidades nesta região. O Estado de Mato Grosso, no ano de 1996, obtinha 117 cidades. Enquanto Estado de Mato Grosso do Sul em 1996, aumento quantidade de cidades, atingindo um número de 77. Por sua vez, o Estado de Goiás, em relação ao período de 1980 até 1996, também aumentou o número de municípios, passando a conter 232 cidades. Contudo, o Distrito Federal apresenta-se nos dados oficiais do IBGE, contendo somente uma cidade, e com uma população urbana em 1996, de 1.692.248 habitantes. Discutiremos, sobre o DF e suas regiões administrativas nos próximos capítulos. Nos escritos do autor MILTON SANTOS, este nos chama atenção para uma nova tendência de urbanização no Brasil, exemplificando nos que

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos uma prioridade ao processo de macro urbanização. Levando-se em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar nos à conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes

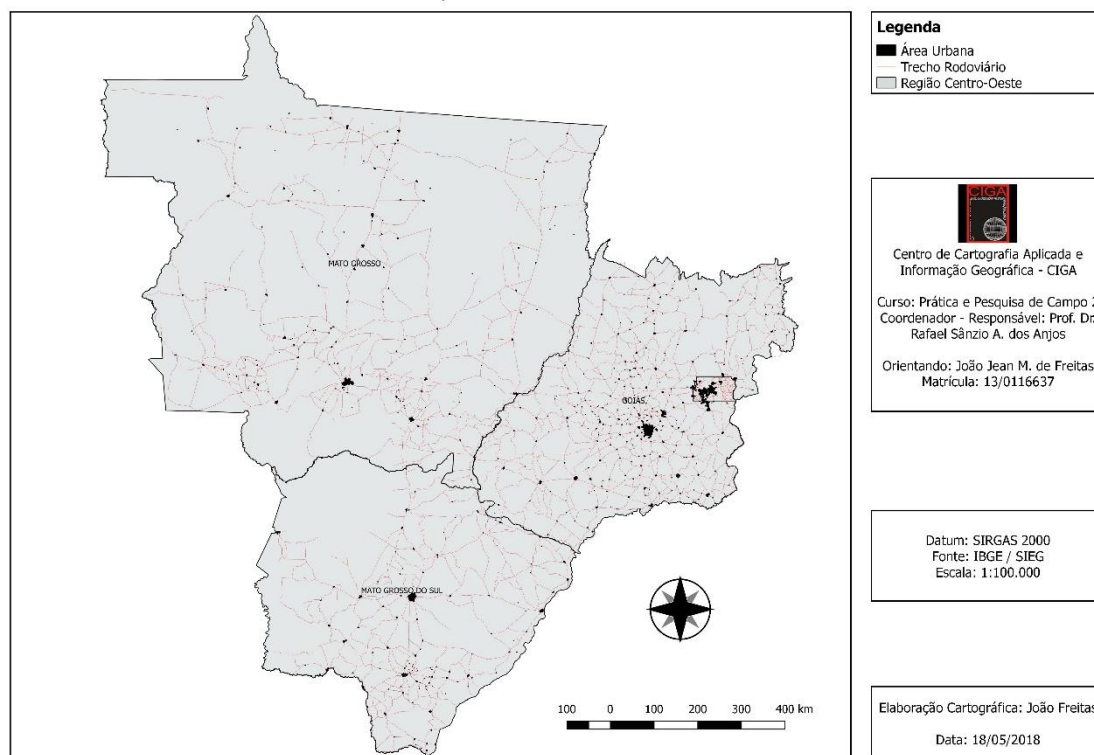
núcleos de novos contingentes da população urbana. (MILTON SANTOS, 1993, pg. 81)

Ao observarmos a tabela acima novamente, podemos constatar que as cidades de médio e pequeno contingentes de habitantes, caracteriza-se por conter um predomínio maior, na região Centro-Oeste. Por outro lado, somente o Distrito Federal, que é tratada com uma só unidade territorial, possuía no ano de 1996, mais de 1.000.000 habitantes na sua área urbana. Logo abaixo, teremos outro quadro robusto e representativo, do tamanho e da quantidade, das distribuições das cidades, no ano de 2007.

Região Centro-Oeste: Distribuição de Cidades (2007)					
Tamanho	Tamanho Mato G. do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	Total
Até 1.000 habitantes	-	-	01	-	01
De 1.001 até 2.000	-	03	04	-	07
De 2.001 até 5.000	09	41	97	-	147
De 5.001 até 10.000	19	28	60	-	107
De 10.001 até 20.000	28	42	37	-	107
De 20.001 até 50.000	17	19	29	-	65
De 50.001 até 100.000	03	04	11	-	18
De 100.001 até 200.000	01	02	04	-	07
De 200.001 até 300.000	-	01	-	-	01
De 300.001 até 500.000	-	-	02	-	02
Mais de 500.000	01	01	1	-	02
Mais de 1.000.000	-	-	01	01	02
Total	78	141	246	01	466
<i>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração Gráfica Adaptada: João Freitas, 2018.</i>					

Ao visualizarmos a tabela acima, constatamos que a região Centro-Oeste aumentou 20 cidades, entre os anos de 1996 a 2007, passando a conter 466 municípios. O Estado de Mato grosso foi o estado que mais criou e emancipou novas cidades, passou de 117 em 1996 para 141, ou seja, um aumento de 24 novos centros urbanos. Enquanto o Estado de Goiás, seguiu em segundo lugar, com a criação de 14 novas cidades, no mesmo período, elevando para 246 no seu total. Já o estado de Mato Grosso do Sul aumentou apenas uma cidade, ficando com apenas 78 municípios. Outro fator interessante, é que novamente o Distrito Federal é contando como apenas um centro urbano, embora existam mais 31 regiões administrativas. Não obstante, a cidade de Goiânia no ano de 2007, foi o segundo município da região Centro-Oeste, a conter mais de 1.000.000 habitantes. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, das áreas urbanas na região Centro-Oeste.

MAPA DAS OCUPAÇÕES URBANAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE



A representação espacial acima, nos permite verificar a localização em evidência, das grandes capitais e algumas cidades médias importantes, na região centro-oeste. As capitais do Distrito Federal e Goiás, possuem os maiores alargamentos urbanos, a título de exemplificação, Goiânia - GO e Brasília - DF, e as cidades médias de notoriedade econômica, Anápolis - GO e Rondonópolis - MT. A região Centro-Oeste, caracteriza-se por conter uma grande quantidade de municípios, registrando pequenos contingentes populacionais. Essa representação cartográfica não nos permite visualizar esses municípios em questão, como Ponta Porã - MS e Cavalcante - GO. Outro fato importante, que o mapa acima nos possibilita verificar, que o Distrito Federal, possui uma grande mancha urbana, ou seja, uma área urbana ampla. No capítulo posterior, discutiremos a Região Metropolitana de Brasília, e mais especificadamente sobre a sua urbanização.

7. A ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

7.1 Formação

No território brasileiro, pode - se encontrar formalmente mais de 30 Áreas Metropolitanas, concentradas nas principais capitais do Brasil, e no litoral. Segundo a Lei N° 13.089, de 12 de janeiro de 2015, estão contidas as definições de MetrÓpole, Aglomeração Urbana e Área Metropolitana. Desse modo, tais concepções estabelecem os

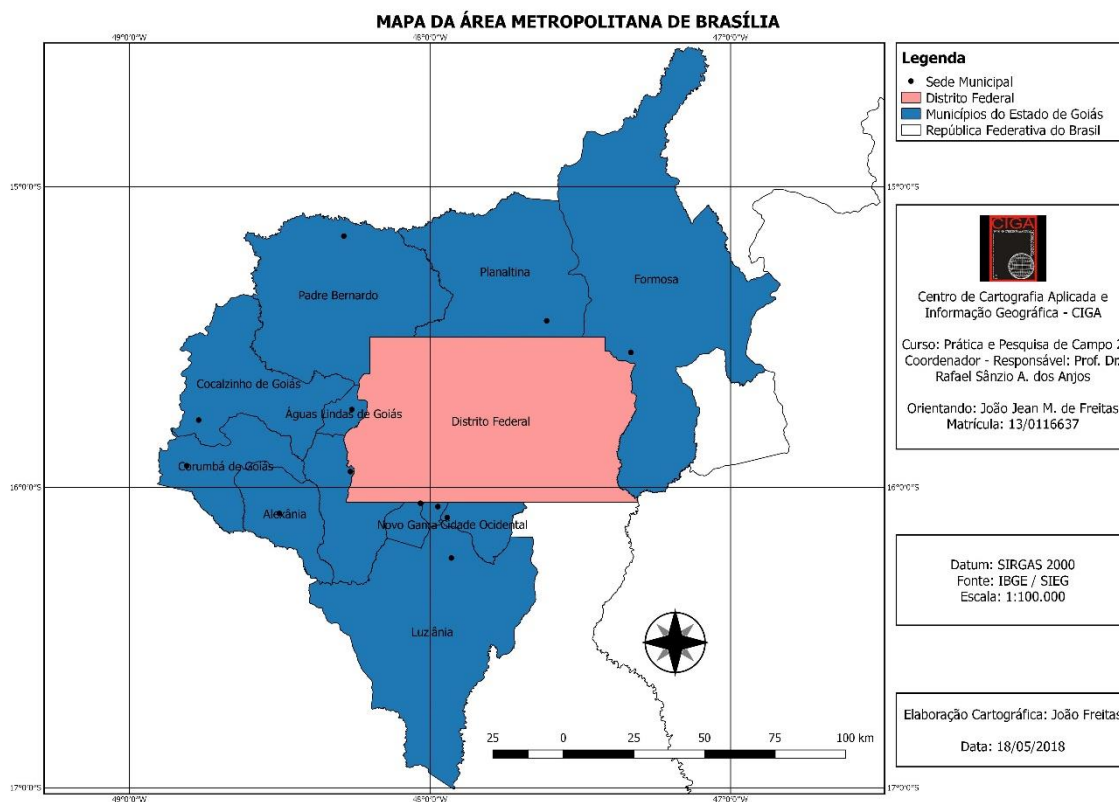
critérios da criação de Áreas Metropolitanas, com objetivo de formulação de políticas públicas, nestes espaços urbanos.

A primeira definição de Metrópole, o regulamento exprime como um *“espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional”* (BRASIL, 2015). Na esfera política, a cidade de Brasília detém o status quo de Capital da República Federativa do Brasil, por concentrar as sedes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e também, as Embaixadas. Portanto, tornando Brasília notória e centro da política nacional. Na esfera econômica, os Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgam que o Distrito Federal, terminou o ano de 2016, com um estoque de 1.250.750 trabalhadores de carteira assinada. Sendo que, o setor de Comércio ficou em terceiro lugar, registrando um número de 162.339 trabalhadores. Já o setor de Administração Pública, estabeleceu-se em segundo lugar, contendo um número de 490.165 servidores públicos federais e distritais. Por fim o setor de Serviço, estabeleceu - se em primeiro lugar, contendo um número de 503.824 trabalhadores. Contudo, os núcleos urbanos do DF podem ser considerados uma metrópole, de relevância política e de forte economia Terciária.

Enquanto a segunda definição de Aglomeração Urbana, o regulamento explica *“uma unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas”* (BRASIL, 2015). Segundo a CODEPLAN, a Área Metropolitana de Brasília - AMB é constituída somente por 12 municípios goianos, mais o Distrito Federal. Hodiernamente, as Regiões Administrativas do DF notabilizam-se pela concentração de ofertas de empregos, bens e serviços. Por outro lado, nos municípios limítrofes ao Distrito Federal, registram escassez dessas ofertas essenciais. Consequentemente, origina - se um fluxo diário de automóveis, dos municípios goianos rumo as Regiões Administrativas do DF. Assim, criando - se vínculos de complementaridade funcional e de integração, entre o Distrito Federal e seus respectivos municípios limítrofes do Estado de Goiás.

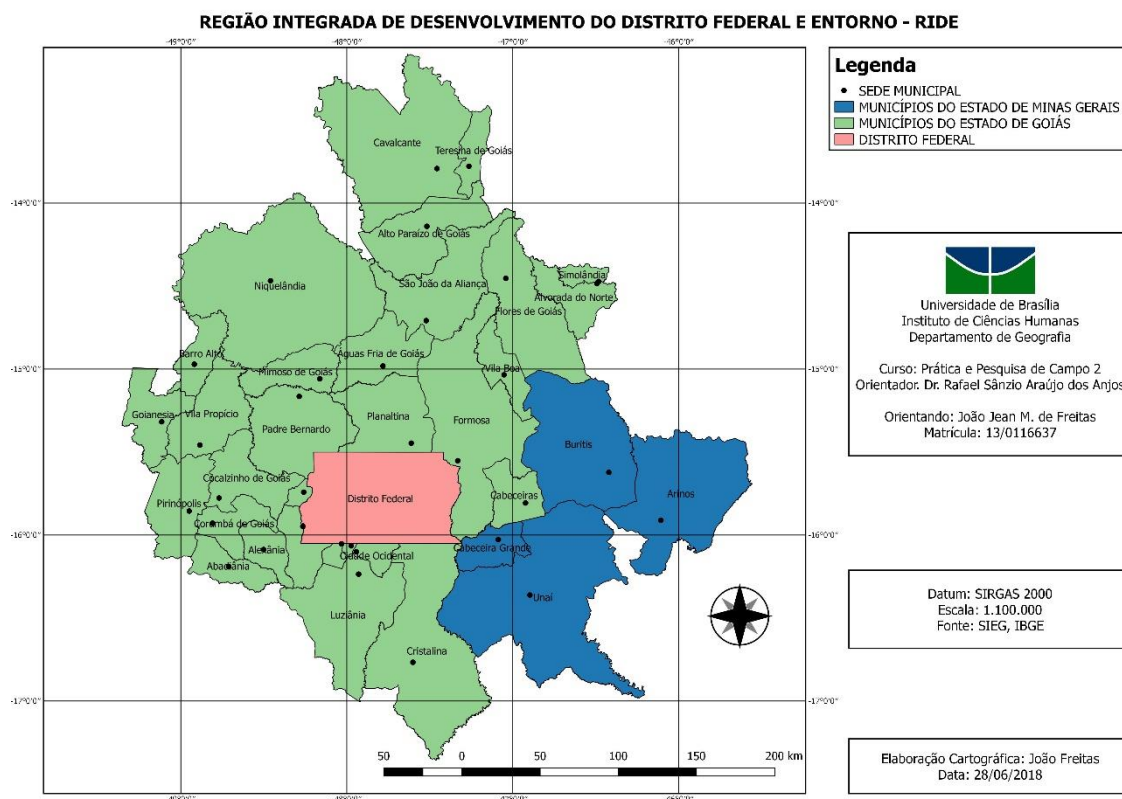
Com relação a terceira definição de Área Metropolitana, a lei diz *“uma aglomeração urbana que configure uma metrópole”* (BRASIL, 2015). Desse modo, as Regiões Administrativas do Distrito Federal, mais os núcleos urbanos dos municípios limítrofes do Goiás, delimitam geograficamente a chamada Área Metropolitana de Brasília. Logo

abaixo, teremos outra representação cartográfica, delimitando a Área Metropolitana de Brasília, na República Federativa do Brasil.



A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, responsável por perpetrar estudos sociais e ambientais no DF, vem usando algumas denominações para Área Metropolitana de Brasília, nas suas pesquisas. A título de Exemplificação, consistem na Área Metropolitana de Brasília - AMB; Espaço Metropolitano de Brasília - EMB; Periferia Metropolitana de Brasília - PMB. Entretanto, todas essas denominações, são usadas para delimitar os 12 municípios goianos, fronteiriços com Distrito Federal.

Na Lei Complementar 94, de 19 de fevereiro de 1998, acatando os artigos 21,43 e 48 da Constituição Federal, formula e executa a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, primeiramente constituída por 22 municípios das unidades federativas do Goiás e de Minas Gerais, mais o Distrito Federal, com uma área territorial de 56.433,53 km², e uma população estimada para 2017, de 4.291.577 habitantes. No entanto, no ano de 2018, o então Presidente da República Federativa do Brasil, o senhor Michel Temer, sancionou a expansão territorial da RIDE, que passou a conter mais 10 municípios goianos, e mais 2 municípios mineiros. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.



De acordo com a CODEPLAN, “o maior objetivo na criação da região foi realizar o planejamento conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, em especial infraestrutura e a geração de empregos” (CODEPLAN, 2014). Portanto, entende-se que a formulação da RIDE, envolve ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, objetivando reduzir as desigualdades da região, decorrentes de problemas acarretados pelo crescimento desordenado, no entorno de Brasília. Desse modo, os Estados envolvidos da RIDE-DF, procuram formular políticas públicas de ofertas de empregos, infraestrutura e serviços públicos, mais precisamente atendendo os municípios goianos e mineiros, da região em questão.

7.2 Indicadores Sociais

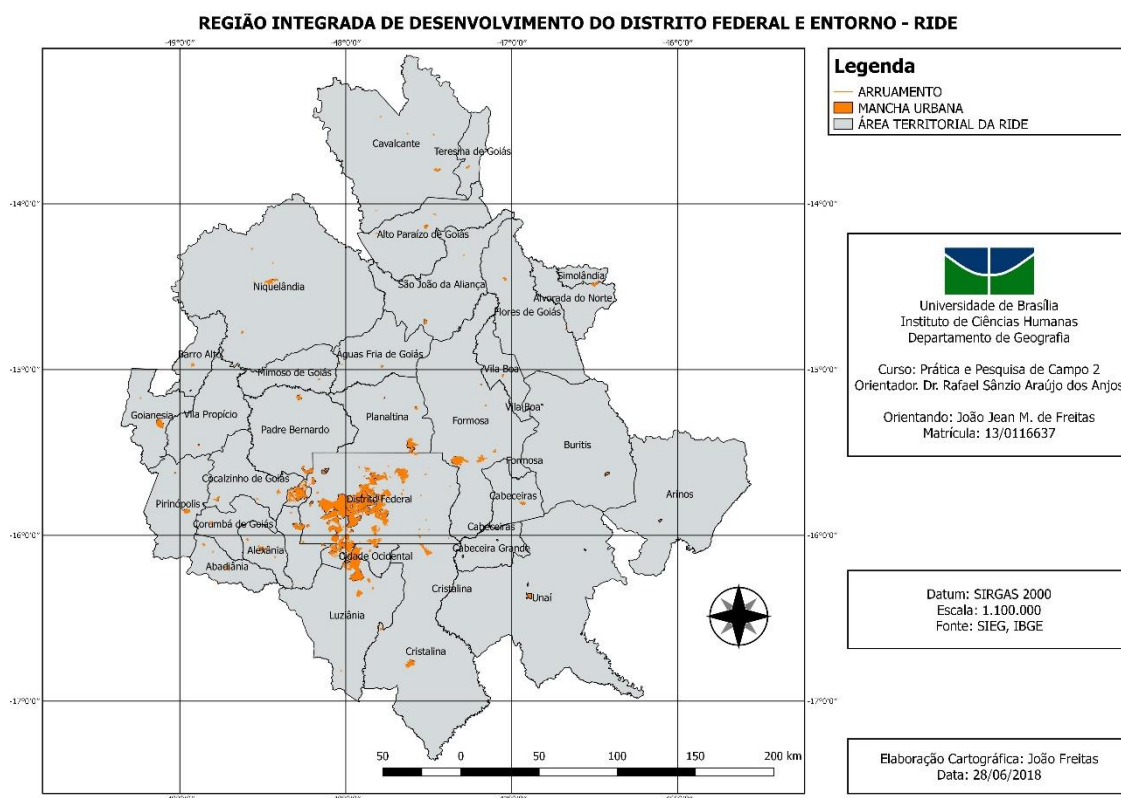
No ano de 2014, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, realizou uma pesquisa entre 22 municípios, das Área Metropolitana de Brasília - AMB, e também da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, a fim de averiguar os indicadores socioeconômicos. Logo abaixo, teremos um quadro representativo, dos aspectos sociais e econômicos, entres os municípios da AMB e RIDE.

Município	Indicadores Socioeconômicos da RIDE			
	População Total (2014)	PIB (R\$)	Distância ao DF (KM)	Taxa de Urbanização (%)
Valparaíso	150.005	1.240.429	38,9	95,8
Novo Gama	104.899	542.303	41,4	96,8
Planaltina	86.751	571.108	43,4	94,5
Cidade Ocidental	62.903	388.112	47,3	74,7
Sto. Antônio do D.	69.000	371.475	50,6	89,5
Águas Lindas	182.526	901.352	51,0	99,9
Luziânia	191.139	2.423.079	60,0	93,3
Formosa	110.388	1.223.448	79,2	92,0
Alexânia	25.805	417.184	91,5	82,7
Cocalzinho	18.871	193.086	110,0	37,0
Padre Bernardo	30.599	246.728	116,0	39,0
Abadiânia	17.701	143.027	120,0	68,4
Corumbá de Goiás	10.896	110.016	130,0	61,9
Cristalina	52.235	1.502.696	133,0	82,5
Mimoso de Goiás	2.723	34.988	135,0	46,3
Cabeceiras	7.773	176.263	138,0	74,7
Água Fria de Goiás	5.451	150.498	142,0	42,0
Cabeceira Grande	6.818	151.414	146,0	82,1
Pirenópolis	24.279	248.650	151,0	67,6
Vila Boa	5.371	102.706	162,0	73,9
Unai	82.298	2.004.563	167,0	80,4
Buritit	24.169	577.765	212,0	70,8
<i>Fonte: Censos Demográficos - IBGE (2010); Estimativa Populacional do IBGE para 2014 e PIB Municipal – IBGE (2012). Elaboração Gráfica Adaptada: João Jean, 2018.</i>				

Após a visualização na tabela acima, é possível inferir que os municípios com maiores índices populacionais, são Luziânia - GO, Águas Lindas - GO e Valparaíso - GO. Com relação ao Produto Interno Bruto - PIB, os municípios de Luziânia - GO, Unai - MG e Cristalina - GO mantêm os maiores rendimentos. No tocante a Taxa de Urbanização, os municípios de Águas Lindas - GO, Novo Gama - GO e Valparaíso - GO, destacaram-se com os maiores indicadores. No entanto, estes municípios citados acima estão inseridos tanto na Área Metropolitana de Brasília - RMB quanto na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Contudo, esses municípios goianos, exercem as maiores relações econômicas e sociais com Distrito Federal - DF, devido suas proximidades geográficas.

Os municípios de Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, concentram os maiores índices populacionais e de urbanização, dos municípios na Área Metropolitana de Brasília, devido a fatores como, as sucessivas imigrações, em buscas de habitações a

baixo custo. Por outro lado, a proximidade com as Regiões Administrativas do DF, que ofertam empregos e serviços essenciais. Por sua vez, o município de Luziânia é uma das cidades mais antigas, do Estado de Goiás, pois sua origem remonta do século XVIII. Sobressaindo - se por conter, o maior contingente populacional e desenvolvimento econômico, dos municípios da chamada AMB. Tais características permitem definir esses municípios limítrofes ao Distrito Federal, como as mais importantes cidades da RIDE-DF. Em seguida, teremos outra representação cartográfica, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e suas ocupações urbanas.



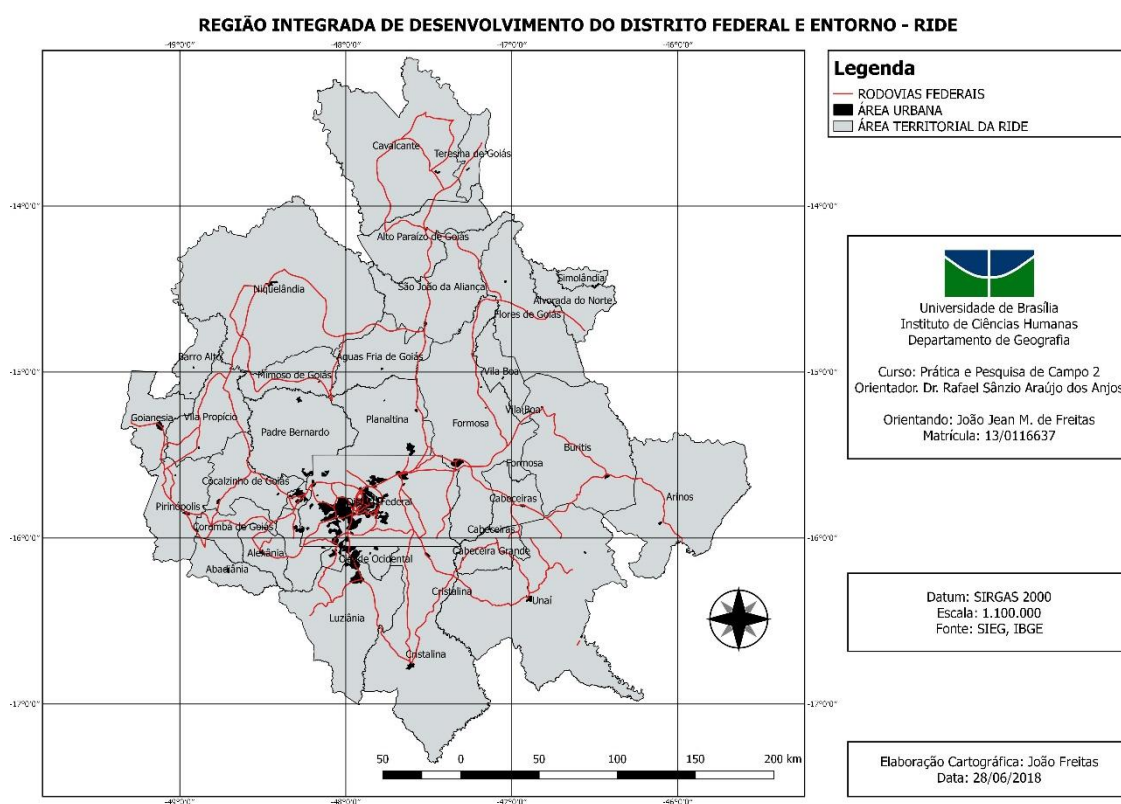
A representação cartográfica acima, permite verificar quais os territórios municipais do entorno do Distrito Federal, com as maiores/menores densidades de urbanização. Na década de 2000, o Governo Federal formulou e executou políticas habitacionais, em todo território nacional. Destacando - se na criação de condomínios residenciais, construídas por empreiteiras, e compradas a financiamento, por famílias de baixa renda. Desse modo, não diferentemente os municípios da RIDE-DF, estabeleceram-se como território fértil de programas habitacionais, dos Governos Federais. Portanto, a Taxa de Urbanização no entorno do Distrito Federal acelerou-se, não somente por conter habitações a baixo custo e a proximidade com as RA's do DF, mas pelas políticas habitacionais do Estado, de criação de loteamentos residências, de aquisição com financiamento a longo prazo.

7.3 Fluxos Rodoviários

Nesse ano de 2014, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, perpetrou uma pesquisa na Área Metropolitana de Brasília, a fim de averiguar os fluxos demográficos, entre os municípios da AMB e o Distrito Federal. Logo abaixo, teremos um quadro representativo, do local de trabalho, da população da Área Metropolitana de Brasília.

Municípios da AMB	Local de Trabalho da População da AMB						
	Brasília	Gama	Taguatinga	Outras Regiões do DF	No município	Outros	Total
Águas Lindas	19.822	341	11.640	19.090	31.120	877	82.890
Alexânia	351	28	28	85	8.330	323	9.145
Cidade Ocidental	19.706	1.217	691	9.202	25.809	1.622	58.244
Cocalzinho	800	12	1.005	1.719	10.460	353	14.350
Cristalina	290	46	0	662	36.112	836	37.948
Formosa	2.508	241	0	1.495	43.933	868	49.045
Luziânia	39.962	2.794	1.355	4.572	108.033	1.608	158.324
Novo Gama	13.276	5.927	1.660	4.859	17.346	278	43.345
Padre Bernardo	1.954	18	605	3.144	13.129	344	19.195
Planaltina	22.180	216	72	5.545	12.134	108	40.256
Sto. Antônio do Descoberto	7.832	111	2.463	4.925	10.322	166	25.820
Valparaíso	30.355	2.907	2.095	7.012	32.022	1.753	76.144
Total AMB	12.7679	11.814	19.785	52.664	251.980	6.754	470.675
<p><i>Fonte: CODEPLAN - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios urbanos - PMAD - GOIÁS - 2013.</i></p> <p><i>Elaboração Gráfica Adaptada: João Jean, 2018.</i></p>							

Perpetrada a observação na tabela acima, é possível inferir que os municípios com as maiores ofertas de mão-de-obra ao Distrito Federal, são constituídas pelas cidades de Luziânia - GO, Águas Lindas - GO e Valparaíso - GO. Paralelamente, as Regiões Administrativas do DF, que recebem os maiores contingentes de trabalhadores do entorno, são formadas pelas RA's de Brasília - DF, Taguatinga - DF e Gama - DF. A partir desse quadro da AMB, pode se caracterizar esses municípios limítrofes do Distrito Federal, pouco eficiente na criação de empregos pela iniciativa privada. Em seguida, teremos outra representação cartográfica, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e suas principais rodovias.

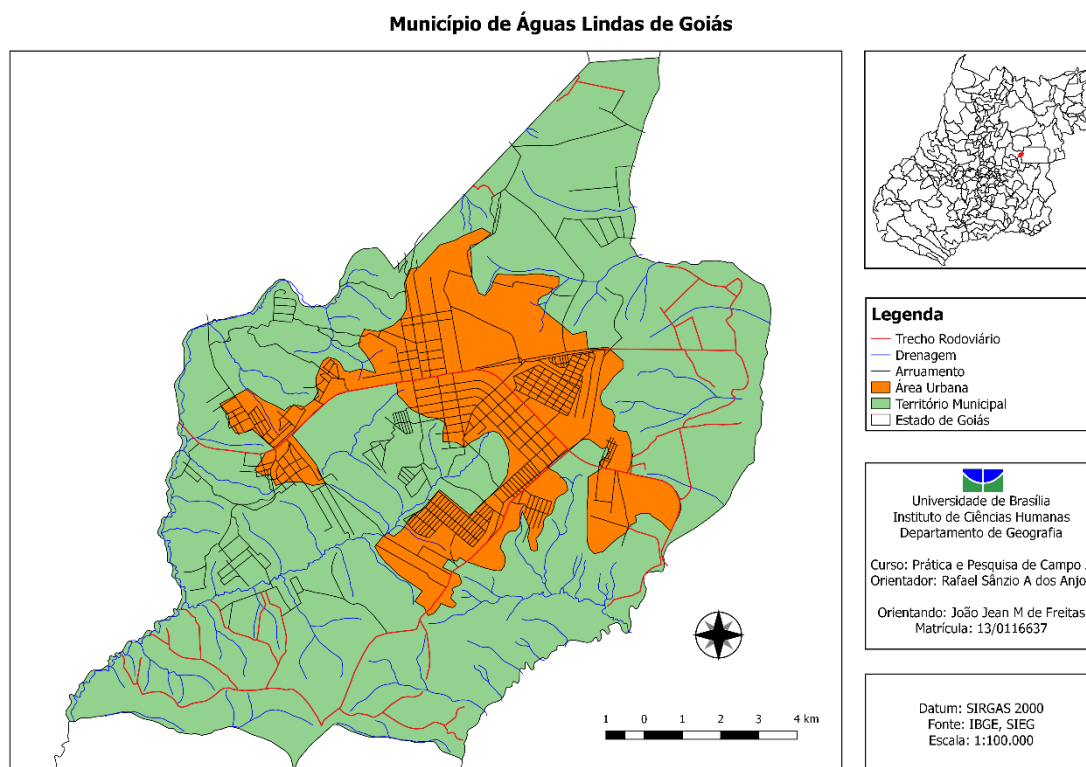


A representação espacial acima, divulga as principais Rodovias Federais, que fazem ligações entre as cidades da RIDE - DF. De antemão, as BR's com maiores fluxos de veículos rumo ao Distrito Federal, consistem na BR - 070 que liga Águas Lindas - GO as cidades satélites de Ceilândia - DF e Taguatinga - DF; a BR - 020 que perpassa o município de Formosa - GO a Planaltina - DF e Sobradinho - DF; a BR - 050 que liga Luziânia - GO a Santa Maria - DF. E por fim, a BR - 040 que perpassa Abadiânia a Samambaia - DF. Contudo, nessas Rodovias Federais concretiza-se os principais de fluxos de serviço, bens e mão-de-obra, dentro perímetro da RIDE-DF.

8. O MUNICÍPIO DA AMB: ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

8.1 Contexto Histórico

O território municipal de Águas Lindas de Goiás, distante a 51 Km de Brasília, está situado no Estado de Goiás. Abrangendo uma área de 188,385 km², e segundo estimativa da CODEPLAN - DF para ano de 2015, o município chegou a 205.267 habitantes. Logo abaixo, teremos uma representação cartográfica, da localização de Ág. Lindas-GO.



A proximidade com Distrito Federal e a existência da Rodovia Federal BR - 070, propiciou o surgimento de fluxo de famílias oriundas das cidades satélites do DF, por outro lado, precedentes de outras regiões do Brasil, para localidade do Parque da Barragem, antigo distrito do Município de Santo Antônio do Descoberto - GO. A chegada de empresas do ramo imobiliário na região, possibilitou intensificação dos parcelamentos de chácaras e fazendas, em loteamentos para comercialização de lotes, logo acarretando a expansão demográfica, no distrito Parque da Barragem. Em 12 de outubro de 1995, foi realizado um Plebiscito, reivindicando a emancipação do distrito, resultando na aprovação pela comunidade local. Contudo, formula-se a Lei nº 12.797, de 27 de dezembro de 1995, criando o Município de Águas Lindas de Goiás, e posteriormente

instalado definitivamente em 1º de janeiro de 1997, ano que tomam posse o primeiro Prefeito e os Vereadores eleitos pela população Águaslindense.

8.2 Indicadores Sociais

No ano de 2015, a Companhia de Planejamento Urbano do Distrito Federal, realizou uma pesquisa em Águas Lindas de Goiás, a fim de averiguar aspectos demográficos e socioeconômicos, neste município goiano. Em seguida, teremos outro quadro representativo, do número e gênero, da população Águaslindense.

População, segundo o sexo - Águas Lindas de Goiás		
Sexo	Nº	%
Masculino	100.978	49,19
Feminino	104.289	50,81
Total	205.267	100,00
<i>Fonte: Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD, 2015. Elaboração Gráfica: João Jean, 2018.</i>		

Após a visualização na tabela acima, é possível inferir uma homogeneidade na população de Ág. Lindas-GO, referente ao gênero. Portanto, existe quase uma mesma proporcionalidade de Homens e Mulheres, residindo no município. E um total, de 205.267 moradores habitando em Ág. Lindas-GO, o que torna este município, uma das cidades com maiores densidades populacionais, da Área Metropolitana de Brasília - AMB. Logo abaixo, teremos outro quadro representativo, da cor mais a etnia, da população Águaslindense.

População, segundo a cor ou raça - Águas Lindas de Goiás		
Cor ou Raça	Nº	%
Branca	40.974	19,96
Negra	11.022	5,37
Amarela	1.285	0,63
Parda/mulata	151.392	73,75
Indígena	346	0,17
Não sabe	247	0,12
Total	205.267	100,00
<i>Fonte: Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD, 2015. Elaboração Gráfica: João Jean, 2018.</i>		

Ao verificarmos a tabela acima, distinguirmos a existência de 73,75% da população local, se qualificando como pardas e mulatas. Enquanto, um número de 19,96% dos residentes do município, se enquadram como brancas. Por outro lado, somente 5,37% dos moradores da localidade, se denominam como negros. Contudo, inferimos que existe uma heterogeneidade na população do município, referente a grupos étnicos. Em seguida, teremos outro quadro representativo, do nível de instrução, da população Águaslindense.

População, segundo nível de escolaridade - Águas Lindas de Goiás		
Nível de Escolaridade	Nº	%
Analfabeto (15 Anos Ou Mais)	7.463	3,64
Sabe Ler e Escrever (15 Anos Ou Mais)	7.414	3,61
Alfabetização de Adultos	1.186	0,58
Ensino Especial	49	0,02
Maternal e Creche	1.038	0,51
Jardim I e II /Pré Escolar	4.547	2,22
EJA Fundamental Incompleto	2.471	1,20
EJA Fundamental Completo	643	0,31
EJA Ensino Médio Incompleto	1.285	0,63
EJA Ensino Médio Completo	494	0,24
Ensino Fundamental Incompleto	88.819	43,27
Ensino Fundamental Completo	6.277	3,06
Ensino Médio Incompleto	23.576	11,49
Ensino Médio Completo	32.424	15,80
Superior Incompleto	6.228	3,03
Superior Completo	3.608	1,76
Curso de Especialização	346	0,17
Mestrado	198	0,10
Doutorado	49	0,02
Crianças de 6 A 14 Anos Fora da Escola	247	0,12
Não sabe	1.928	0,94
Menor de 6 Anos Fora da Escola	14.976	7,30
Total	205.267	100,00
<i>Fonte: Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD, 2015. Elaboração Gráfica: João Jean, 2018.</i>		

Após a visualização na tabela acima, é possível compreender que 43% da população, possui o Ensino Fundamental Incompleto. Enquanto 15% dos residentes, conquistou o Ensino Médio Completo. Por fim, somente 11% da população local, tem o Ensino Médio Incompleto. Há de mencionarmos, que no município existem redes de Escolas particulares, e públicas constituídas pelos níveis de instrução Pré-Escolar ao Ensino Fundamental, administradas pelo Governo Municipal de Águas Lindas de Goiás. Por outro lado, existem redes de Colégios particulares, e públicos constituídos somente pelo

nível de instrução Ensino Médio, administrados pelo Governo Estadual de Goiás. Desse modo, em termos de quantidades, o município de Ág. Lindas-GO, possui um número expressivo, de redes de escolas/colégios, para atender a sua população local.

Nessa década, ainda tem se visto a chegada, de Faculdades Particulares e Centros de Ensino técnico profissionalizante, devido ao grande potencial de demanda, existente no município. No entanto, Donas de casas preferem também alocar seus filhos, para estudarem em Centro Educacionais do DF, por razões da qualidade de ensino e perspectiva de trabalho no futuro. Por sua vez, alguns Jovens e Adultos escolhem frequentar curso de ensino superior, em faculdades e universidades em Regiões Administrativas do Distrito Federal. Outro fato interessante, é que inúmeros Centros Educacionais, das cidades satélites do DF, matriculam jovens e adultos advindos não só de Ág. Lindas-GO, mas de outros municípios da AMB. Logo abaixo, teremos outro quadro representativo, da renda domiciliar, da população Águaslindense.

Domicílios, segundo as classes de renda domiciliar - Águas Lindas de Goiás		
Classes de Renda	Nº	%
Renda nula	1.285	3,11
Mais de 0 até 1 Salário Mínimo	7.266	17,56
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	12.900	31,18
Mais de 2 a 5 Salários Mínimos	17.101	41,34
Mais de 5 a 10 Salários Mínimos	2.175	5,26
Mais de 10 a 20 Salários Mínimos	643	1,55
Mais de 20 Salários Mínimos	0	0,00
Total de respostas	41.370	100,00
Sem resposta	15.421	-
<i>Fonte: Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD, 2015. Elaboração Gráfica: João Jean, 2018.</i>		

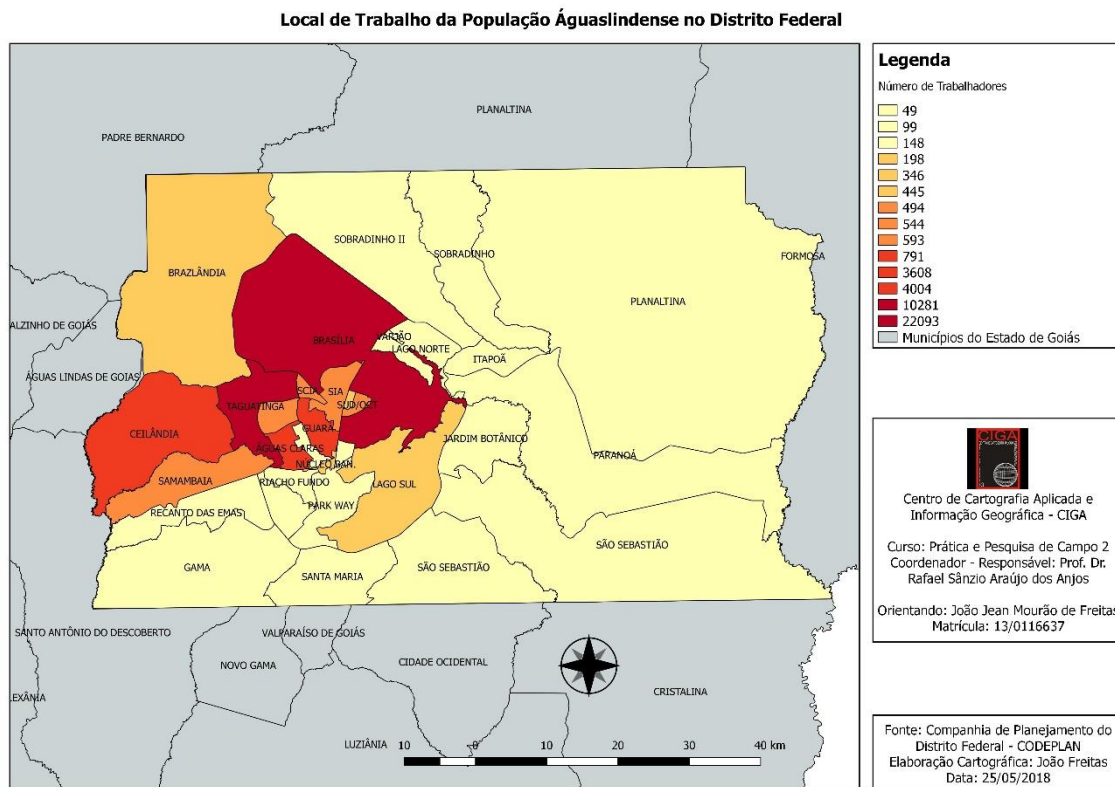
Ao verificarmos a tabela acima, compreendemos que a CODEPLAN, abrangeu uma amostra de 41.370, de uma população de 205.267 moradores em Águas Lindas-GO. A tabela acima, nos divulga que 41% da população embolsavam 2 a 5 salários mínimos. Enquanto 31% dos residentes, ganhavam 1 a 2 salários mínimos. Por fim, 17% da população recebiam 1 salário mínimo. De antemão, no ano de 2015, o salário mínimo estabelecido por Lei, consistia em 788,00 R\$. Portanto nessa época, 17.101 moradores embolsavam até 3.940 reais. Enquanto 12.900 residentes ganhavam até 1.576 reais. Por fim, 7.666 moradores recebiam até 1 salário mínimo. Contudo, podemos qualificar a maioria dos habitantes, do município de Ág. Lindas-GO, expressivamente de baixa renda

para média. Em seguida, teremos outro quadro representativo, do local de trabalho da população de Ág. Lindas-GO, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

População, segundo o local onde trabalha - Águas Lindas de Goiás			
Região Administrativa/Município	Nº	%	% dos que trabalham
Total	205.268	99,98	
Não trabalha	89.758	43,73	
Menor de 10 anos	35.784	17,43	
População que trabalha	79.722	38,82	100
Águas Lindas (GO)	31.188	15,19	39,12
Distrito Federal	46.708	22,76	58,57
Plano Piloto	22.093	10,76	27,71
Taguatinga	10.281	5,01	12,9
Ceilândia	4.004	1,95	5,02
Águas Claras	3.608	1,76	4,53
SIA	939	0,46	1,18
Vários Locais no DF	890	0,43	1,12
Guará	791	0,39	0,99
Samambaia	593	0,29	0,74
Vicente Pires	593	0,29	0,74
Sudoeste/Octogonal	544	0,26	0,68
Scia-Estrutural	494	0,24	0,62
Brazlândia	445	0,22	0,56
Lago Sul	346	0,17	0,43
Núcleo Bandeirante	198	0,1	0,25
Cruzeiro	198	0,1	0,25
Sobradinho	148	0,07	0,19
Gama	99	0,05	0,12
Planaltina	99	0,05	0,12
Riacho Fundo	99	0,05	0,12
Lago Norte	99	0,05	0,12
Santa Maria	49	0,02	0,06
Recanto das Emas	49	0,02	0,06
Varjão	49	0,02	0,06
PMB	295	0,13	0,37
Outros	1.531	0,74	1,92
<i>Fonte: Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD, 2015. Elaboração Gráfica Adaptada: João Jean, 2018.</i>			

Perpetrada a observação na tabela acima, é possível compreender que de 79.722 moradores de Águas Lindas-Go, somente 31.188 estão empregados no mercado de trabalho local. Enquanto, 46.708 residentes no município em questão, são contratados do mercado de trabalho, das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Por fim, apenas 1.826 moradores de Águas Lindas-GO, trabalham em outros municípios da Região

Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Logo abaixo, teremos uma representação cartográfica, dos trabalhadores de Ág. Lindas-GO, nas Regiões Administrativa do DF.



A representação cartográfica acima, nos permite verificar que as RA's de Ceilândia, Taguatinga e Brasília concentram os maiores números de mão-de-obra advindos de Águas Lindas de Goiás, devido as suas proximidades geográficas, e as suas respectivas ofertas de emprego. Hodiernamente a população Águaslindense ausenta-se de suas moradias, majoritariamente durante seis dias da semana, para trabalham em empresas, microempresas ou prestarem serviços, em Regiões Administrativas do DF. Por outro lado, essa mesma população, devido as circunstâncias do município de Ág. Lindas-GO, preferem deslocar-se rumo as Regiões Administrativas do DF, em busca de atendimento de serviços Educacionais, Hospitalares e Financeiros. No entanto, essa população é transportada, por três empresas de transporte urbano (Taguatur, UTB e Max), que operam com poucas linhas rodoviárias, e com ônibus em excesso de lotação. Outro fato importante mencionarmos, é a questão da tarifa de transporte público local, a qual não só em Ág. Lindas-GO, mas em todos os municípios limítrofes do Distrito Federal, se tem umas das passagens mais caras do País. No último reajuste, perpetrado pelas empresas de transporte público e autorizado pela Agencia Nacional de Transporte Terrestre - ANTT,

uma passagem que custava de Ág. Lindas-GO a Ceilândia - DF, passou de R\$ 3,10 para R\$ 3,35; de Ág. Lindas-Go a Taguatinga - DF passou de R\$ 4,10 para R\$ 4,55; de Ág. Lindas - GO ao Plano Piloto - DF passou de RS 6,10 para RS 6,70. Contudo, as altas tarifas do transporte público local, reajustadas com argumento do aumento do custo operacional (diesel, pneus e manutenção) e aumento de salários, acaba onerando a renda salarial das famílias de trabalhadores do município Ág. Lindas-Go.

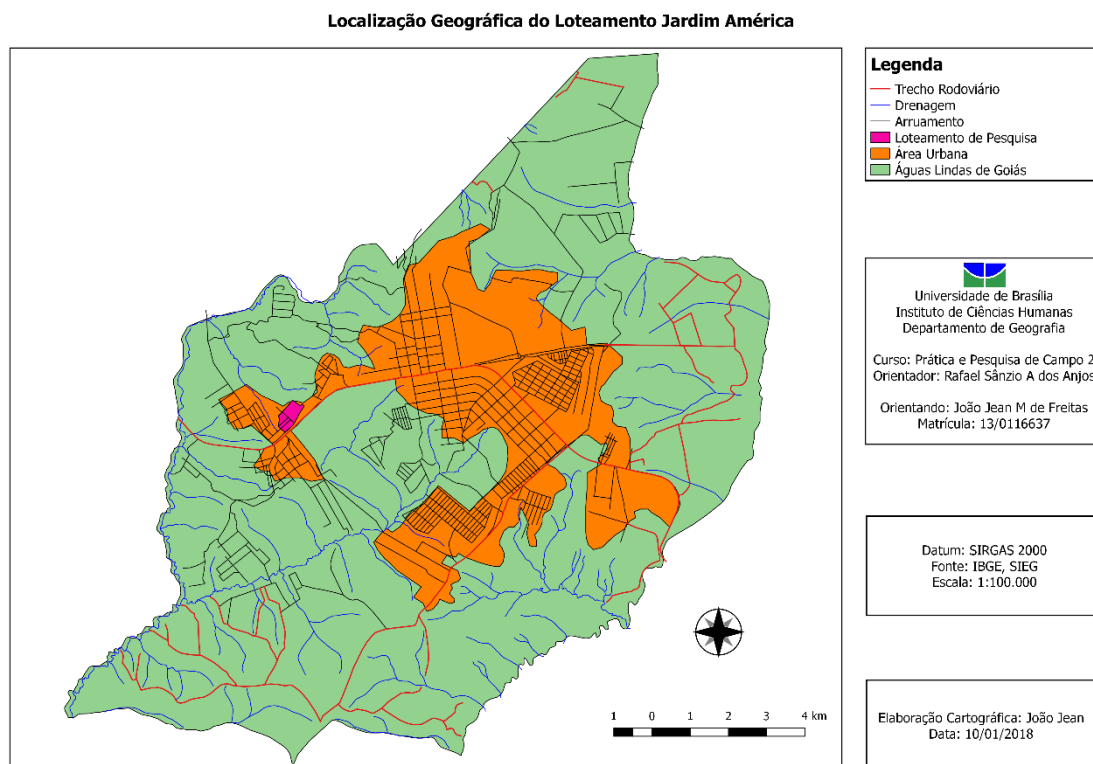
Em trabalhos e discussões acadêmicas, surgiu o termo “Cidade Dormitório”, para caracterizar municípios goianos, dependentes de ofertas de trabalho e serviços do Distrito Federal. Ao refletirmos, que determinada população resida no Entorno do DF, e que necessite ir diariamente as Regiões Administrativas do Distrito Federal. A título de exemplificação, que saiam de casa pela manhã e volte à noite. Dentro da concepção da Geografia, essa população faz um movimento pendular (de ida e volta). Caso não diferente, é o que se registra em Ág. Lindas-GO, pois o poder público e a iniciativa privada são deficientes em atender as demandas da população local. Portanto, os moradores acabam obrigados a saírem pela manhã e voltar no período da noite do trabalho, de alguma Região Administrativa do DF. Contudo, o município de Águas Lindas-GO, ganha o status de “Cidade Dormitório”, como fator principal o emprego.

9. LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS DA PESQUISA

9.1 LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA

9.1.1 Localização

O loteamento residencial Jardim América, está localizado as margens da BR-070, em sentido aos municípios de Girassol-GO e Anápolis-GO. A sua formação histórico-geográfica, tem origem na década de 2000, motivado pela Cienge Engenharia e Comércio Ltda. A qual iniciou o processo de comercialização dos lotes residenciais e comerciais, na comunidade em questão. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, da localização do Loteamento Jardim América, no município de Ág. Lindas-GO.

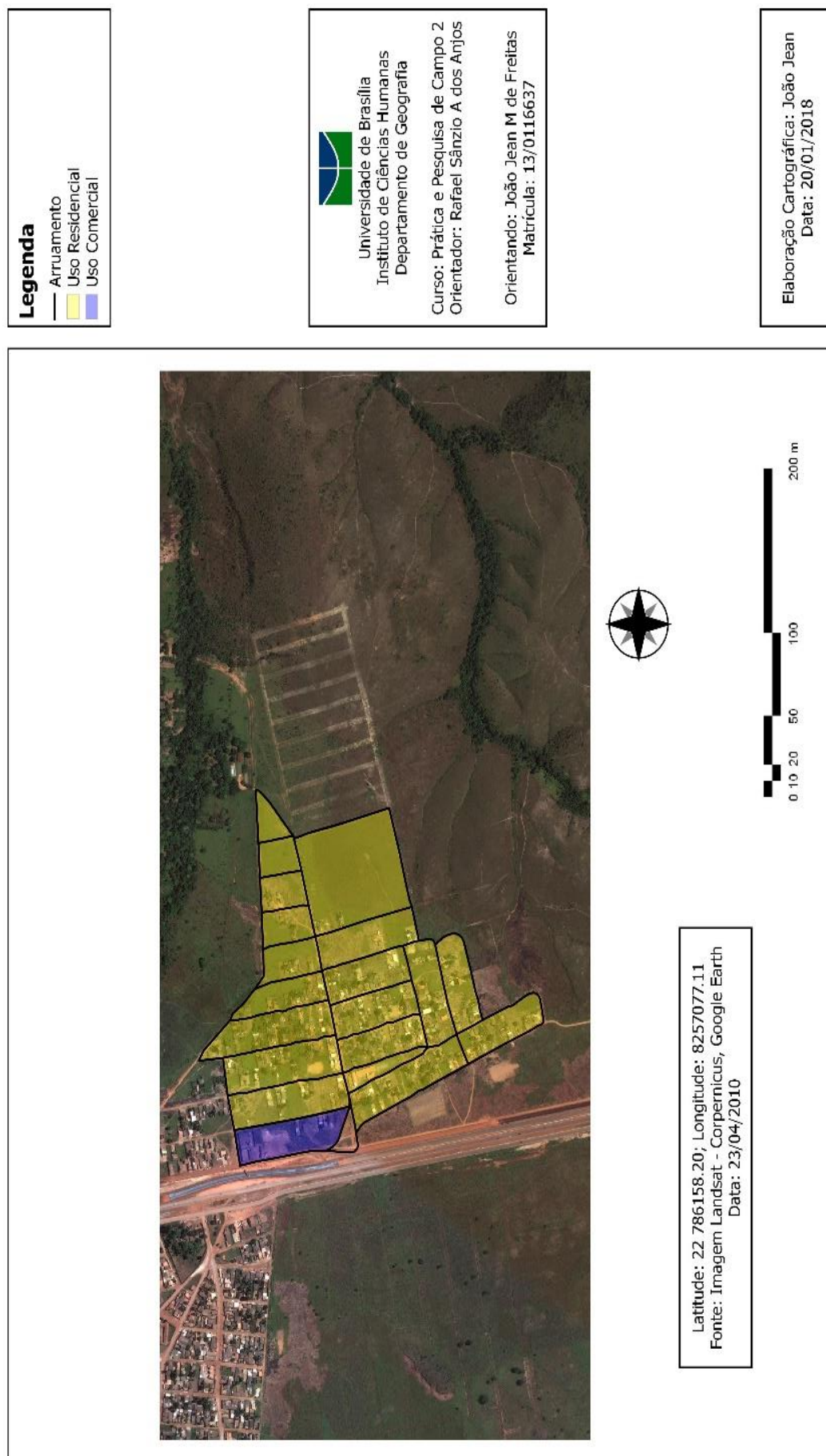


Com relação a escolha desta comunidade de estudo, incide sobre dois pretextos significativos. Em primeiro lugar, o loteamento Jardim América foi projetado e executado, com um precário e inexistente planejamento urbano, por agentes públicos e privados. Em segundo lugar, devido à ineficiência na elaboração, do projeto de urbanização da comunidade, esta registra impactos ambientais, em Áreas de Preservação Ambiental - APP, decorrente da expansão urbana, deste loteamento. Portanto, a partir destes dois fatos, é de suma importância, a execução de uma pesquisa científica geográfica-cartográfica, na comunidade do Jardim América.

9.1.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra

As imagens de satélite trabalhadas em SIG's, retratou o loteamento Jardim América, em duas épocas distintas. De antemão, abordaremos os usos da terra, e paralelamente, a infraestrutura urbana mais os serviços públicos, ofertados pelo Poder Público local, nesta comunidade de Ág. Lindas-Go. Logo abaixo, teremos uma representação cartográfica, da configuração espacial do loteamento Jardim América, no ano de 2010.

Loteamento Jardim América - 2010



Nesse ano, os padrões dos usos das ocupações, consistiam em chácaras e lotes residenciais, com suas respectivas casas, e alguns lotes comerciais, as quais continha implantados alguns bares, padarias, e uma pousada, pelos moradores locais. Não obstante, o processo de ocupação e uso da terra, estavam em processo de ascensão, na comunidade. Entretanto, o loteamento Jardim América, já continha uma infraestrutura-urbana, com um predomínio de ruas sem asfaltos e saneamento básico, mas existia um sistema de energia elétrica. Já os serviços públicos, foi notificado a existência de uma escola municipal (ensino fundamental), e um sistema de transporte rodoviário (intra-municipal, ligando bairros do município de Ág. Lindas-Go), atendendo aos moradores do loteamento. Contudo, a elaboração da comunidade Jardim América, iniciou com um planejamento urbano inadequado, por agentes públicos e privados locais. Mas conteve, uma melhora significativa, nos anos seguintes.

No capítulo 1, mais precisamente no artigo 2, da Lei N° 6.766 de 1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), expressa que a Infraestrutura urbana básica dos parcelamentos, situados nas zonas habitacionais, declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo de:

I - Vias de circulação;

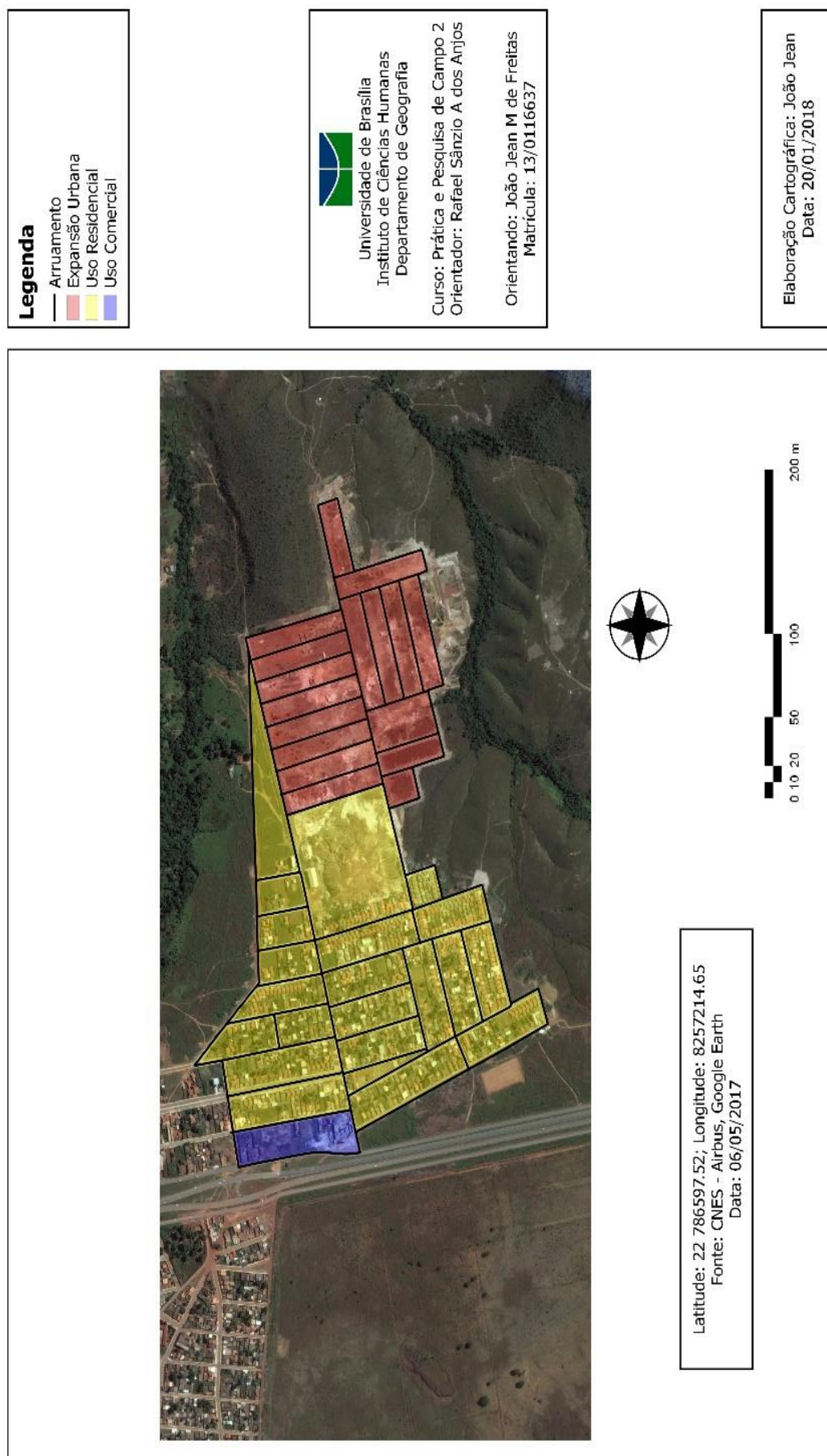
II - Escoamento das águas pluviais;

III - Redes para o abastecimento de água potável; e

IV - Soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

Todavia, o Poder Público de Águas Lindas de Goiás resguardou nos primórdios, da ocupação do loteamento Jardim América, apenas vias de circulação, redes de abastecimento de águas potável, e energia elétrica domiciliar. Por outro lado, não continha redes de esgotos e asfaltos nas ruas residenciais, da comunidade em questão. Logo, a população local, residia no loteamento de forma inapropriada. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, da comunidade Jardim América, no ano de 2017.

Loteamento Jardim América - 2017



No ano de 2017, os padrões dos usos das ocupações permaneceram consistindo em lotes residenciais, com suas respectivas casas, e lotes comerciais, as quais foram implantadas mais lanchonetes, supermercado, e casa de concreto, por empresários e moradores da localidade. Outro fato interessante mencionarmos é que o loteamento em questão está em fase de expansão urbana. Ou seja, existe um parcelamento do solo em arruamentos, para comercialização de lotes. Contudo, o loteamento Jardim América é exclusivamente voltado para o uso habitacional, mas coexistindo com alguns usos comerciais, não definidos pelo Plano Diretor municipal, de Águas Lindas-GO.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Jardim América, 2.2017.

Enquanto a infraestrutura urbana, constata-se um predomínio, de arruamentos com asfaltos, saneamento básico e sistema de energia elétrica. Já os serviços públicos, foi notificado a existência de um sistema de transporte rodoviário (Ligando Águas Lindas-Go a Regiões Administrativas de Brasília, vice e versa) atendendo os moradores da comunidade local. Segundo relatos, dos residentes do loteamento, existem serviços de coleta de lixo na comunidade em questão, e que também, Agentes municipais de Saúde, vistoriam os lotes residenciais, motivados a detectar focos de dengue e demais doenças transmissíveis por insetos. Não obstante, o Planejamento Urbano e os Serviços Públicos, ofertados pelos Poder Público municipal, no período entre 2010 e 2017, para a comunidade Jardim América, tiveram um desenvolvimento regular.



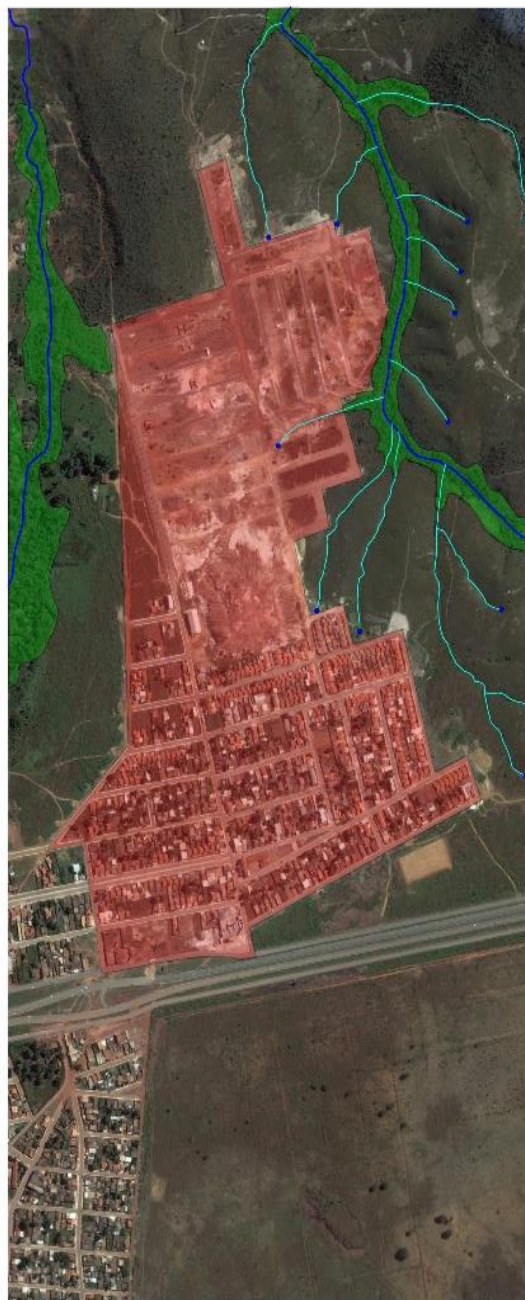
Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Jardim América, 2.2017.

Entre 2010 e 2017, foram instalados no loteamento Jardim América, através de programas habitacionais, condomínios residenciais para famílias de baixa renda. Desse modo, grande parte do aumento das ocupações na comunidade Jardim América, se deve a programas habitacionais do Governo Federal. No entanto, alguns destes condomínios residenciais foram implantados, com ausência de Sistema de Drenagem de Esgoto, por outro lado, sem Arruamentos com Asfalto. Contudo, as famílias que adquiriram posse de domicílios populares, no loteamento Jardim América, não terão uma qualidade de vida adequada, devido à Infraestrutura-urbana existente, na comunidade em questão.

9.1.3 Impactos Ambientais

A imagem de satélite trabalhada em SIG, retratará o loteamento Jardim América, e consequentemente as Áreas de Preservação Permanentes - APP. Por conseguinte, denunciaremos os impactos ambientais antrópicos, ocasionado pela expansão urbana desenfreada e descontrolada, na comunidade de estudo. Logo abaixo, teremos uma representação espacial da área de impacto ambiental, no loteamento Jardim América.

Impactos Ambientais - Loteamento Jardim América



Latitude: 22 786597.52; Longitude: 8257214.65
 Fonte: CNES - Airbus, Google Earth
 Data: 06/05/2017

Legenda

- Nascente
- Drenagem
- Córrego
- Mata Galeria
- Área do Loteamento



Universidade de Brasília
 Instituto de Ciências Humanas
 Departamento de Geografia

Curso: Prática e Pesquisa de Campo 2
 Orientador: Rafael Sânzio A dos Anjos

Orientando: João Jean M de Freitas
 Matrícula: 13/0116637

Elaboração Cartográfica: João Jean
 Data: 20/01/2018

Ao analisarmos, a imagem de satélite acima, podemos constatar impactos ambientais, decorrentes da expansão urbana, da comunidade Jardim América. No entanto, o Plano Diretor Urbano, do município de Águas Lindas de Goiás, no seu Capítulo II, mais precisamente no Artigo 2, que a Zona de Proteção Ambiental - ZAP, será destinada a preservação permanente dos

Córregos e nascentes, compreendendo uma, faixa bilateral de 30,00m (trinta metros) de largura das margens dos córregos e raio de 80,00m (oitenta metros) nas nascentes, tomando-se o olho d' água como centro. (Lei nº 341, de 7 de agosto de 2002).

No entanto, a área de expansão urbana, no loteamento em questão, ultrapassou os 80,00 metros, permitidos pelo regulamento, do Plano Diretor de Ág. Lindas-GO. Por conseguinte, nascentes e drenagens foram extinguidas, pela expansão desordenada do loteamento. Logo, se não houver uma paralização da expansão urbana do loteamento, as matas galerias e o córrego, existentes na localidade, serão as próximas a serem extinguidas, na comunidade em estudo.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Expansão Urbana, Loteamento Jardim América, 2.2017.

Inspeções realizadas, nesta área de expansão urbana, foi constatado alguns arruamentos com asfalto, e outros não contendo. Postes de iluminação pública, em determinadas ruas, se encontram instalados. Outro fato interessante, podem ser encontrados habitações em

construção, e outras já terminadas. Fatores estes, as quais comprovam que o Poder Público local reconhece a expansão urbana, do loteamento Jardim América.



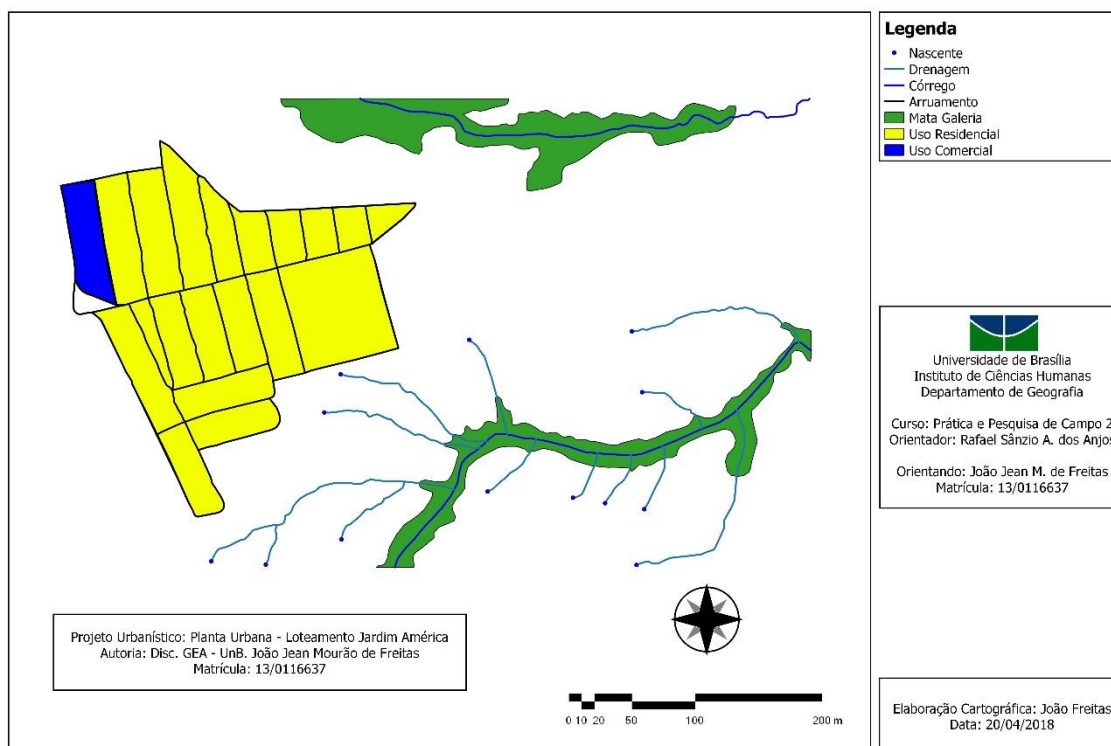
Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Expansão Urbana, Loteamento Jardim América, 2.2017.

Dentre os impactos negativos significativos, decorrentes da expansão urbana, da comunidade em estudo, fica registrado a extinção de algumas nascentes e suas respectivas drenagens, até o momento. Contudo, inferimos que existe uma contradição, entre a política urbana escrita, que rege as atuações dos homens, e as ações perpetradas na realidade, na projeção de loteamentos, pelos Poderes públicos e privados. Logo, a expansão urbana registrada no loteamento Jardim América, não cumpre as determinações do Plano Diretor de Ág. Lindas-GO, mas obedece às ordens do Capital imobiliário.

9.1.4 Recomendação

O projeto cartográfico, pretende apresentar uma nova proposta de urbanização, ao loteamento Jardim América. Refletido e elaborado, em uma perspectiva de repensar uma nova planta urbana, para comunidade de estudo, mas respeitando a legislação ambiental brasileira. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, expondo uma proposta de urbanização, ao loteamento Jardim América.

PROJETO DE PLANTA URBANA AO LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA



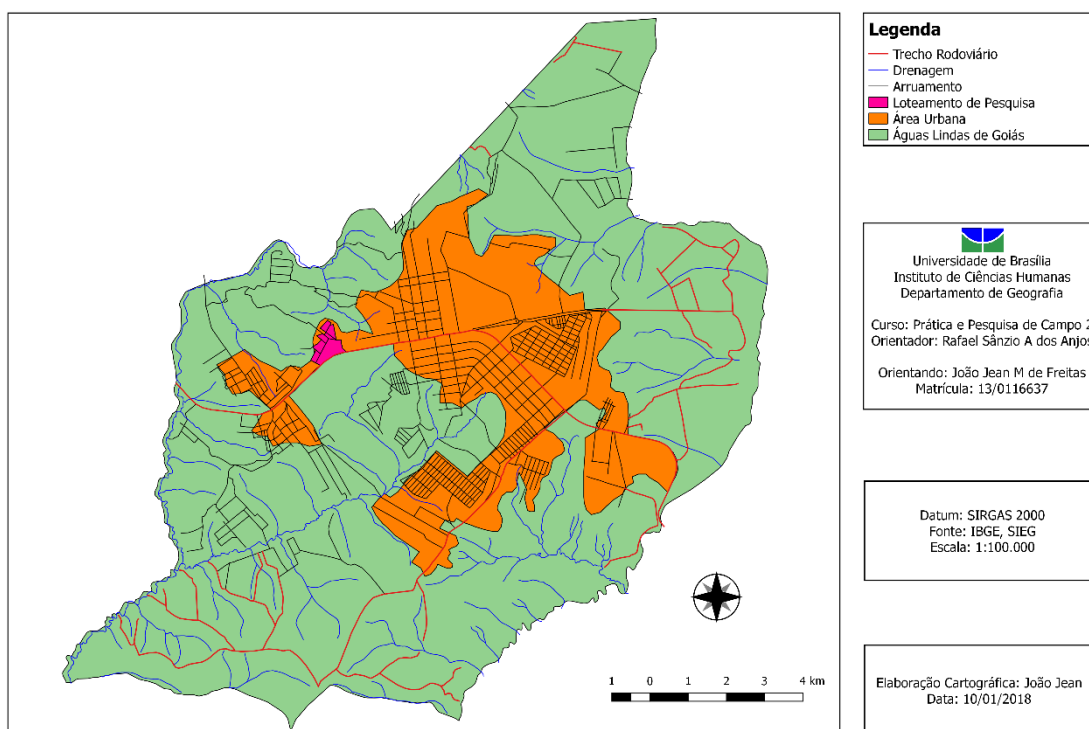
A recomendação de urbanização acima, pretende manter as quadras de usos residenciais e as quadras de usos comerciais, do ano de 2010. Em virtude, que essa configuração espacial, do loteamento Jardim América, não causaria impactos ambientais antrópicos ao meio ambiente, e consequentemente transtornos a biodiversidades como espécies vegetais e animais existentes na localidade. Essa proposta de urbanização, estaria respeitando o limite tolerável de ocupação urbana, próximas as Áreas de Preservação Permanente - APP. Deste modo, as nascentes e as suas respectivas drenagens, estariam mantidas e preservadas, nesta área de estudo. Contudo, essa recomendação de planta urbana acima, para comunidade Jardim América, respeita e cumpre às normas e diretrizes, contidas na Lei N° 12.651. De 25 de Maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro).

9.2 LOTEAMENTO JARDIM CALIFÓRNIA

9.2.1 Localização

O loteamento Jardim Califórnia, está localizado as margens da BR-070, em sentido aos municípios de Girassol-GO e Anápolis-GO. A sua formação histórico-geográfica, tem origem na década de 2000, motivados por agentes privados e públicos, não revelados e desconhecidos. Logo abaixo, teremos uma representação cartográfica, da localização do loteamento Jardim Califórnia, no município de Ág. Lindas-GO.

Localização Geográfica do Loteamento Jardim Califórnia



Com relação a escolha desta comunidade de estudo, incide sobre dois pretextos significativos. Em primeiro lugar, o loteamento Jardim Califórnia, foi projetado e executado, com um precário planejamento urbano, por agentes públicos e privados. Em segundo lugar, apesar da comunidade apresentar ruas e lotes com endereços residenciais, que possibilita mensalmente os moradores, receberem contas de água, luz e IPTU, em seus imóveis. Tais evidências que comprovam o reconhecimento formal, do loteamento Jardim Califórnia pelo Poder Público local. No entanto, esta comunidade não contém um Registro Oficial, no Cartório Municipal de Ág. Lindas-GO. Deste modo, este loteamento mantém status de irregular, no processo de regularização, perante aos marcos institucionais. Portanto, seria interessante uma investigação geográfica-cartográfica, na comunidade Jardim Califórnia, ao modo de compreender seus problemas estruturais.

9.2.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra

As imagens de satélite trabalhadas em SIG's, retratará o loteamento Jardim Califórnia, em duas épocas distintas. De antemão, abordaremos os usos da terra, e paralelamente, a infraestrutura urbana mais os serviços públicos, ofertados pelo Poder Público local, nesta comunidade de Ág. Lindas-GO. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, da configuração espacial do loteamento Jardim Califórnia, no ano de 2010.

Loteamento Jardim Califórnia - 2010



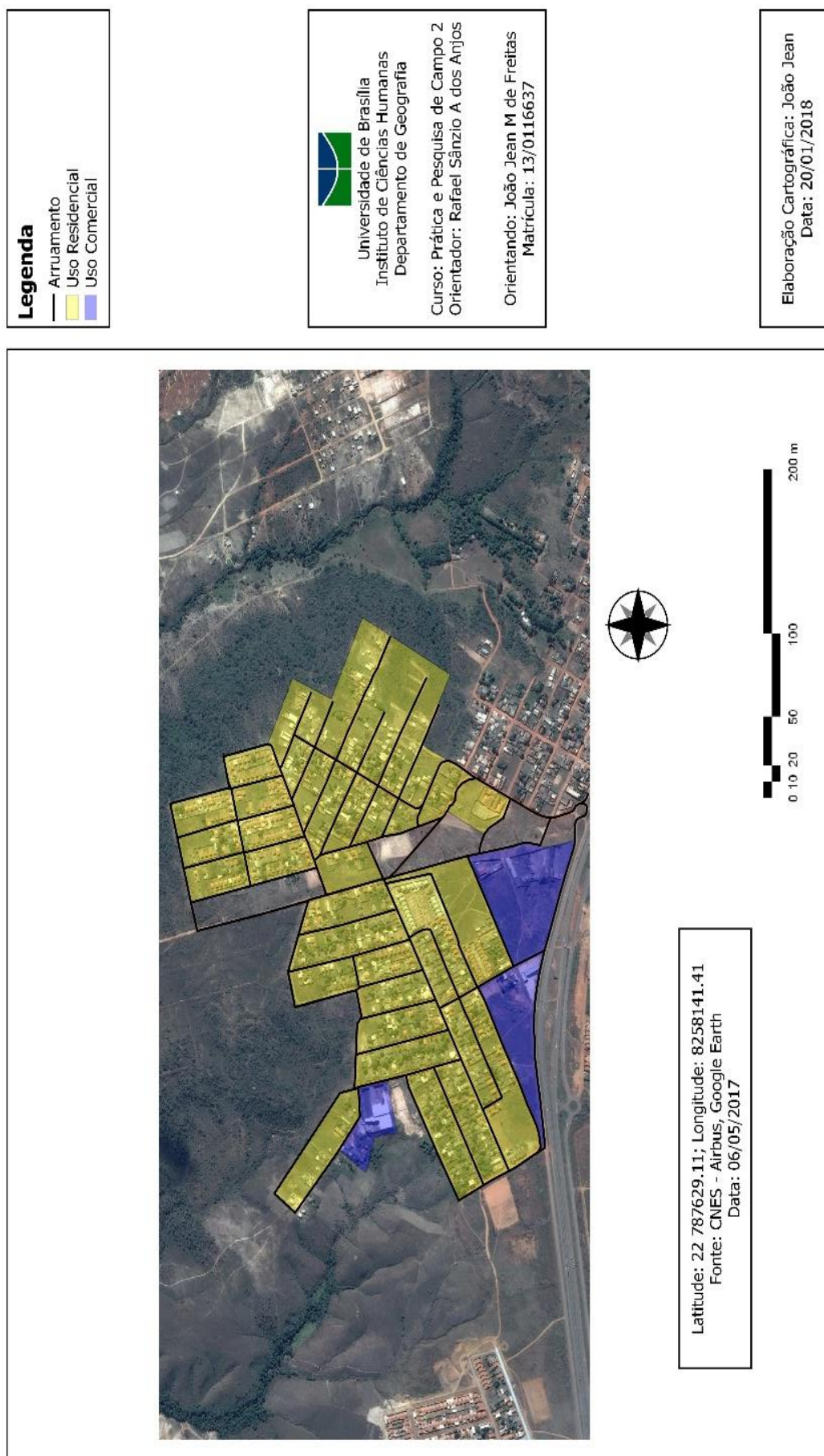
Nessa época, aos padrões dos usos das ocupações, consistia em lotes residenciais, com suas respectivas casas, enquanto aos lotes comerciais, as quais foram implantados bares, padarias e carvoaria, pelos moradores locais. Há de mencionarmos que nessa época, o loteamento Jardim Califórnia estava em fase de expansão urbana, uma vez que parcerias públicos-privados, estavam construindo condomínios habitacionais, para famílias de baixa renda. Enquanto a infraestrutura urbana, constatava-se um predomínio de ruas sem asfaltos e saneamento básico, mas contendo sistema de energia elétrica. Já os serviços públicos, foi notificado uma escola municipal (Ensino Fundamental) e um colégio estadual (Ensino médio), ocupando o mesmo lote. E mais um sistema de transporte rodoviário (intra-municipal, ligando bairros do município de Ág. Lindas-GO), atendendo os moradores do loteamento. Contudo, a elaboração e execução da comunidade Jardim Califórnia, iniciou com um planejamento urbano inadequado, pelo Poder Público local.

No capítulo 1, mais precisamente no artigo 3, da Lei N° 6.766 de 1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), expressa que não será permitido, o parcelamento do solo, em áreas de:

- I** - Terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II** - Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III** - Terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;
- IV** - Terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V** - Áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Ao observarmos, a imagem de satélite acima, podemos constatar a existência, no perímetro da comunidade Jardim Califórnia, uma área de expansão urbana, em um terreno de declive íngreme. No entanto, o, proíbe a elaboração e execução de parcelamento de solo, em áreas considerada íngreme. Portanto, já no ano de 2010, o loteamento de Jardim Califórnia, estava em processo de expansão urbana, de modo irregular. Abaixo, teremos uma representação cartográfica, da configuração espacial do loteamento Jardim Califórnia, no ano de 2017.

Loteamento Jardim Califórnia - 2017



No ano de 2017, aos padrões dos usos das ocupações, permaneceram com a predominância de lotes residenciais, com suas respectivas casas, enquanto aos lotes comerciais, as quais foram implantados mais posto de gasolina, agropecuárias, e madeireiras, por empresários e moradores da localidade. No entanto, o loteamento Jardim Califórnia é voltado exclusivamente para o uso habitacional, mas coexistindo com usos comerciais, não definidos pelo Plano Diretor municipal, de Águas Lindas-GO.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Jardim Califórnia, 2.2017.

Entretanto, nessa época, o loteamento encontra-se com processo de expansão urbana consolidada. Já a infraestrutura urbana, constata-se ainda um predomínio, de ruas sem asfaltos e saneamento básico, mas contendo sistema de energia elétrica. Enquanto aos serviços públicos, observa-se a existência de um sistema de transporte rodoviário (Ligando Águas Lindas-Go a Regiões Administrativas de Brasília, vice e versa), atendendo os moradores da localidade. A partir de conversas informais, com os residentes da comunidade, foi nos exposto que existe serviços de coleta de lixo, no loteamento em questão. Contudo o Planejamento Urbano e os Serviços Públicos, ofertados pelos Poder Público municipal, no período entre 2010 a 2017, na comunidade Jardim América, não obtiveram desenvolvimento, em atender a população adequadamente.



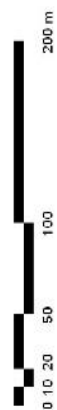
Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Rua, Loteamento Jardim Califórnia, 2.2017.

Entre 2010 e 2017, foram instalados no loteamento Jardim Califórnia, através de programas habitacionais, domicílios populares para famílias de baixa renda. Desse modo, grande parte do aumento das ocupações na comunidade Jardim Califórnia, se deve também a programas habitacionais do Governo Federal. No entanto, alguns destes domicílios populares foram implantados, constando Arruamentos sem Asfalto, e por outro lado, com ausência de Sistema de Drenagem de Esgoto. Logo, as famílias que adquiriram posse de domicílios populares, no loteamento Jardim Califórnia, não terão uma qualidade de vida adequada, devido à Infraestrutura-urbana existente, na comunidade em questão.

9.2.3 Impactos Ambientais

A imagem de satélite trabalhada em SIG, retratará o loteamento Jardim Califórnia, e consequentemente as Áreas de Preservação Permanentes - APP. Por conseguinte, denunciaremos os impactos ambientais antrópicos, ocasionado pela expansão urbana desenfreada e descontrolada, na comunidade de estudo. Em seguida, teremos uma representação espacial, da área de impacto ambiental, no loteamento Jardim Califórnia.

Impactos Ambientais - Loteamento Jardim Califórnia



Latitude: 22 787629,11; Latitude: 8258141.41
Fonte: CNES - Airbus, Google Earth
Data: 06/05/2017

Legenda

- Nascente
- Drenagem
- Córrego
- Área de Declive Íngreme
- Área do Loteamento



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Curso: Prática e Pesquisa de Campo 2
Orientador: Rafael Sânzio A dos Anjos

Orientando: João Jean M de Freitas
Matrícula: 13/0116637

Elaboração Cartográfica: João Jean
Data: 20/01/2018

Ao consultarmos, a Lei Nº 12.651. De 25 de Maio de 2012, da República Federativa do Brasil, no seu Capítulo II, mais precisamente no Artigo 4, veremos que está expressa, que a Área de Preservação Permanente - APP, é também delimitado por “*encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declividade*”. (BRASIL, 2012). Mas ao analisarmos minuciosamente, a imagem de satélite acima, do loteamento Jardim Califórnia. Podemos constatar, que ocorreu impactos ambientais, na comunidade em questão. Pois foram edificados domicílios, em áreas de declive íngreme, na área do loteamento. Logo, acarretará problemas de manutenção, desses moradores em suas residências, devido a declividade do terreno em que residem.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Jardim Califórnia, 2.2017.

Inspeções realizadas, nesta área de declive íngreme, foi constatado a existência de conjuntos habitacionais, para famílias de baixa renda. No entanto, esses conjuntos habitacionais foram implantados, com Arruamentos sem Asfaltos, e por outro lado, a ausência de Sistema de Drenagem de Esgoto. Mas contendo Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e Abastecimento de Água Portável. Deste modo, o Poder Público local reconhece e legitima a existência de conjuntos habitacionais populares, nesta área de declive íngreme, no loteamento Jardim Califórnia.

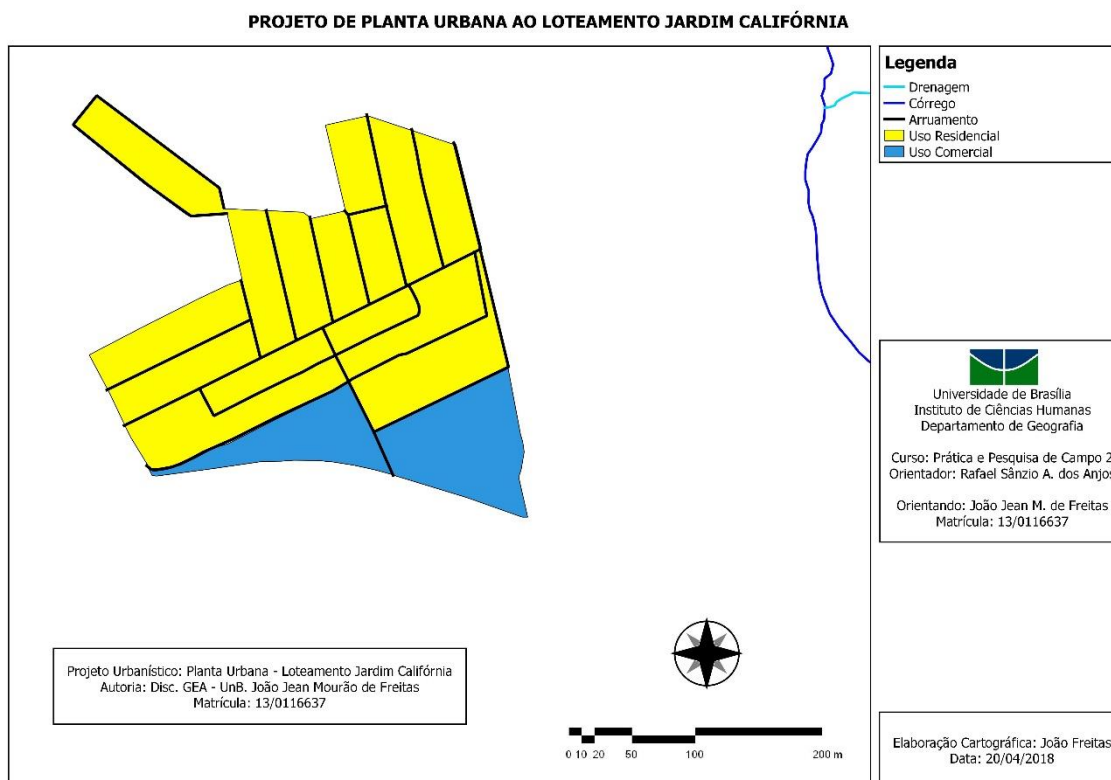


Fonte: Trabalho de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Jardim Califórnia, 2.2017.

Entretanto, umas das cláusulas pétreas que estar resguardada na Constituição Federal, é a garantia de habitação aos cidadãos brasileiros. No entanto, uma ação governamental que visa a formulação e a execução de políticas públicas, para construção de domicílios ou conjuntos habitacionais, e venda com pagamentos ao longo prazo a juros baixos, torna-se inviável, em termos sociais e ambientais, a partir que habitações populares são construídas, em Área Preservação Permanente - APP. Contudo, fica registrado a omissão dos Órgãos Públicos de fiscalização, na aprovação de edificações para habitações, em áreas de vulnerabilidade ambiental, na comunidade Jardim Califórnia.

9.2.4 Recomendação

O projeto cartográfico, pretende apresentar uma nova proposta de urbanização, ao loteamento Jardim Califórnia. Refletido e elaborado, em uma perspectiva de repensar uma nova planta urbana, para comunidade de estudo, mas respeitando a legislação ambiental brasileira. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, propondo uma recomendação de urbanização, ao loteamento Jardim Califórnia.



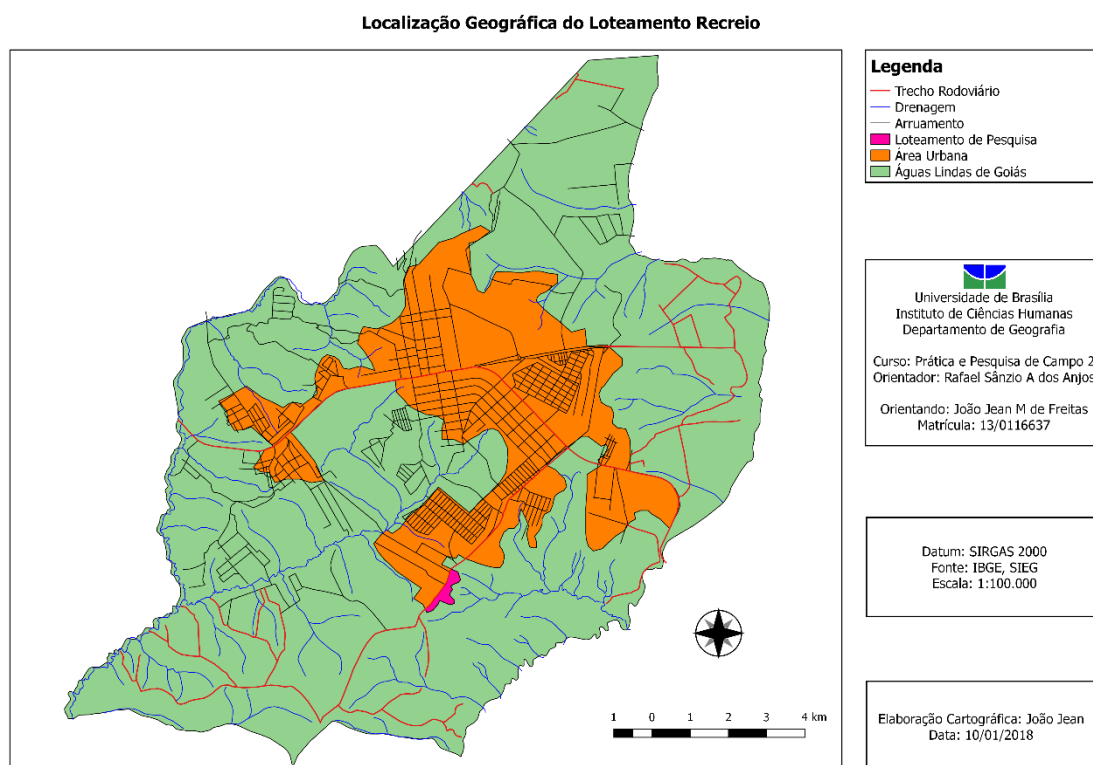
A recomendação de urbanização acima, pretende excluir e manter determinadas quadras de usos residenciais, por outro lado, manter as quadras de usos comerciais, do ano de 2017. Por conseguinte, as quadras de usos residências excluídas, seriam aquelas implantadas por agentes públicos e privados, em áreas de declive considerado médio e alto. Em virtude, que essa nova configuração espacial, do loteamento Jardim Califórnia, não causaria possíveis transtornos sociais e ambientais, em um futuro próximo. Essa proposta de urbanização, estaria respeitando o limite tolerável de ocupação urbana, próximas as ditas áreas, consideradas como de Preservação Ambiental. Deste modo, as áreas de morros e encostas, estariam mantidas e preservadas, nesta área de estudo. Contudo, essa nova recomendação de planta urbana acima, para comunidade Jardim Califórnia, respeita e cumpre às normas e diretrizes, contidas no marco institucional, da Lei Nº 12.651. De 25 de Maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro).

9.3 LOTEAMENTO RECREIO

9.3.1 Localização

O loteamento Recreio, está localizado as margens da GO-547, em sentido ao município de Santo Antônio do Descoberto-GO. A sua formação histórico-geográfica, tem origem na década de 1990, motivados por agente privados e públicos desconhecidos. No entanto, o Cartório Civil de Ág. Lindas-GO, nos informa que o loteamento Recreio, não contém

um Registro Oficial. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, do loteamento Recreio, no município de Ág. Lindas-GO.

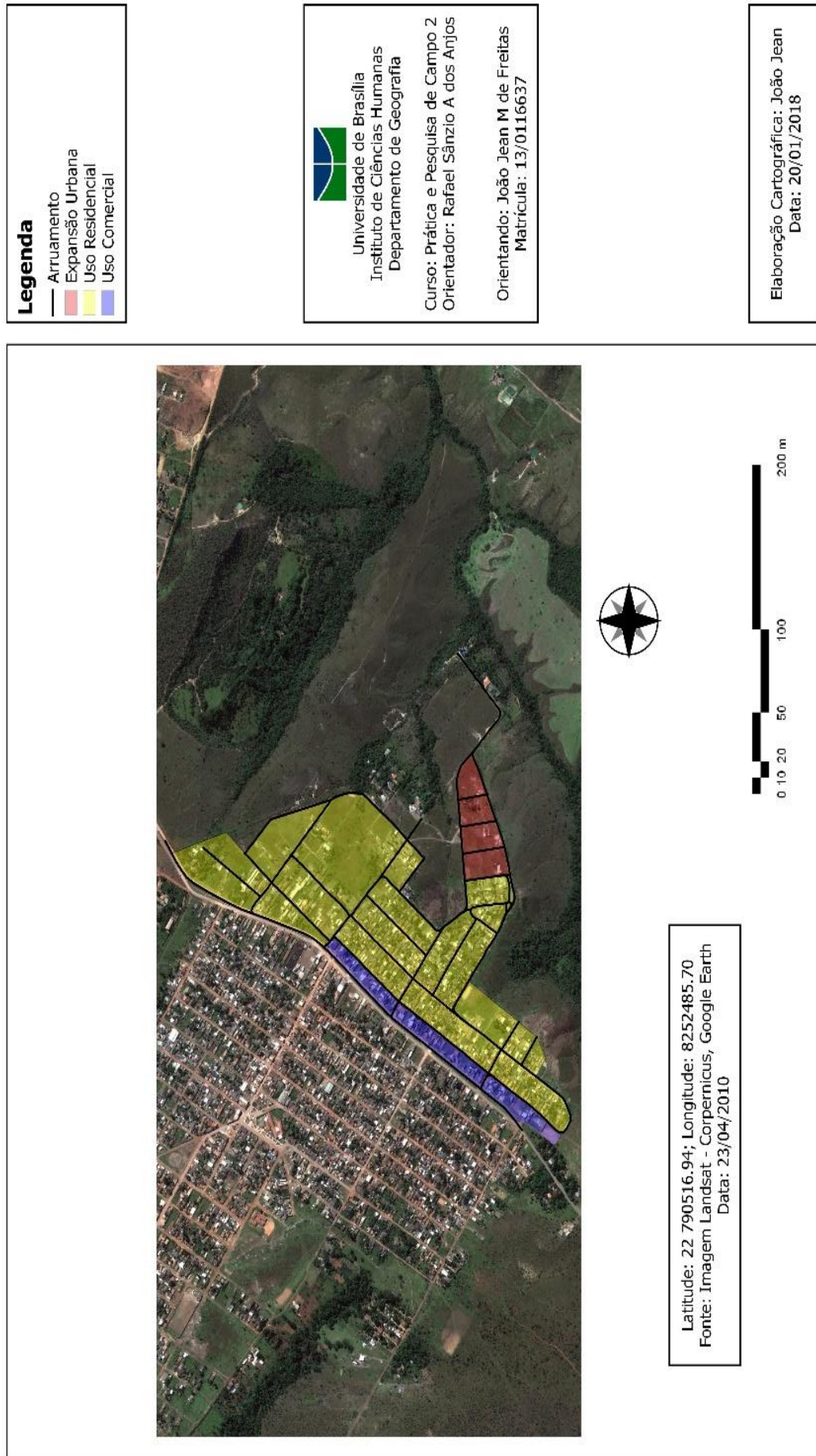


Com relação a escolha desta comunidade de estudo, incide sobre dois pretextos significativo. Em primeiro lugar, o loteamento Recreio, foi projetado e executado, com um precário planejamento urbano, por agentes públicos e privados, até então desconhecidos. Em segundo e último lugar, devido à ineficiência na elaboração, do projeto urbanístico da comunidade, esta registra impactos antrópicos consideráveis de grande porte, em Áreas de Preservação Permanente- APP, decorrente da expansão urbana, no loteamento em questão. Portanto, a partir destes dois fatos expressivos, é de suma importância, a execução de uma pesquisa geográfica-cartográfica, a fim de avaliar as reais condições, da comunidade Recreio, por outro lado, a pontar os meios de recuperação da área degradada, pela ocupação urbana desordenada.

9.3.2 Processo de Ocupação e Uso da Terra

As imagens de satélite trabalhadas em SIG's, retratará o loteamento Recreio, em duas épocas distintas. De antemão, abordaremos os usos da terra, e paralelamente, a infraestrutura urbana mais os serviços públicos, ofertados pelo Poder Público local, nesta comunidade de Águas Lindas-GO. Logo abaixo, teremos uma representação cartográfica, da configuração espacial do loteamento Jardim Recreio, no ano de 2010.

Loteamento Recreio - 2010



Nessa época, os padrões dos usos das ocupações, consistia na predominância de lotes residenciais, com suas respectivas casas, enquanto aos lotes comerciais, as quais foram implantados bares, padaria, e oficina de automóveis, pelos moradores locais. Outro fato interessante mencionarmos é que nesse ano de 2010, o loteamento Jardim Califórnia, estava em fase de expansão urbana, rumo as Áreas de Preservação Permanente - APP.

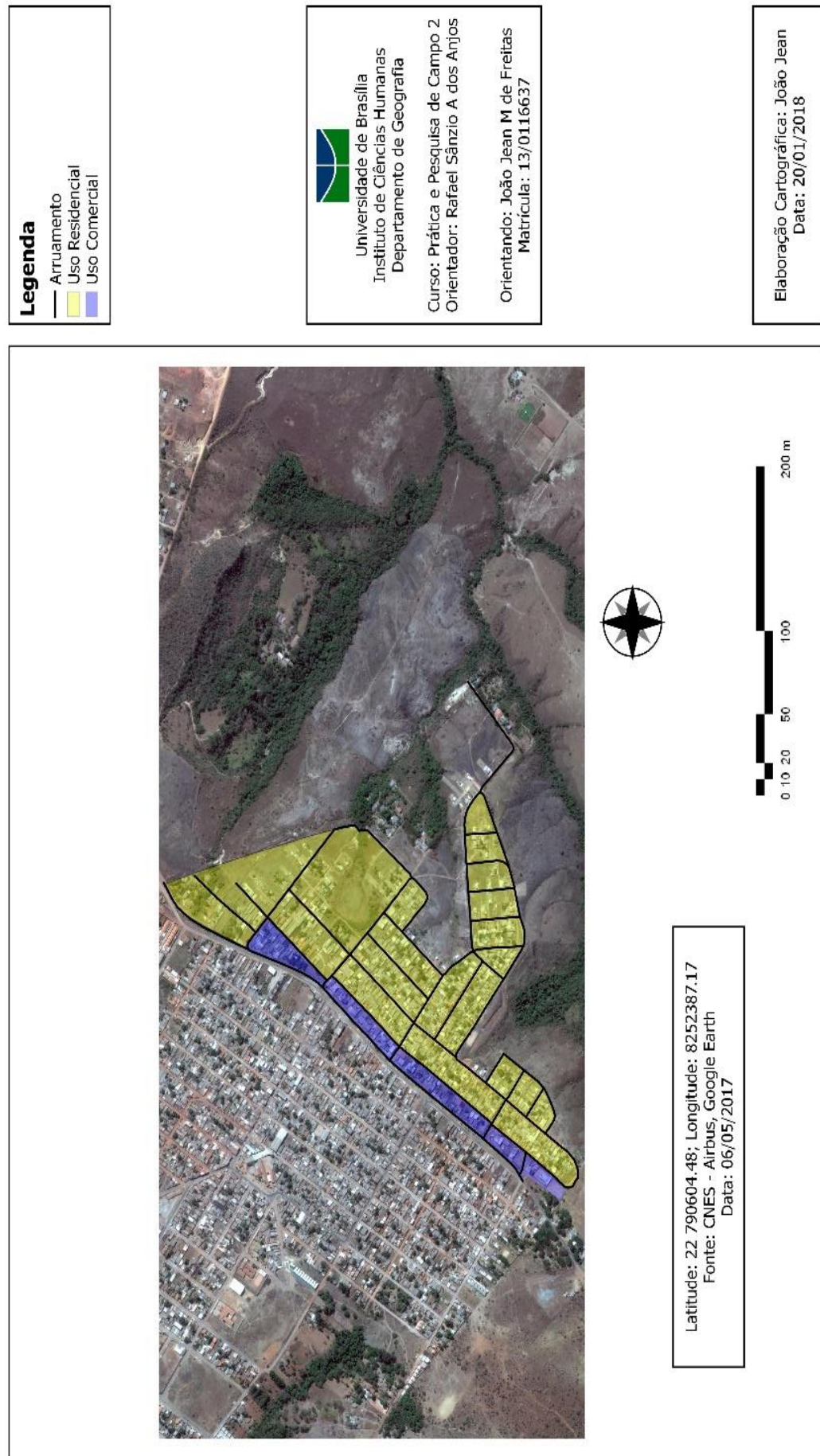
Enquanto a infraestrutura urbana, constatava-se um predomínio, de ruas sem asfaltos e saneamento básico, mas contendo um sistema de energia elétrica. Já os serviços públicos ofertados, havia a existência de um sistema de transporte rodoviário (intra-municipal, ligando bairros do município de Ág. Lindas-GO), atendendo os moradores do loteamento em questão. Contudo, a elaboração e execução da comunidade Recreio, iniciou com um planejamento urbano precário, por agentes públicos e privados locais. Mas não conteve, uma melhora significativa, nos anos seguintes.

De acordo, com relatório do Ministério Público do Estado de Goiás - MPEG, ao longo do tempo, vários loteamentos foram criados, por agentes públicos locais, e a distribuição de lotes, seja por meio de venda ou doação, intensificaram problemas de ordem ambiental, no município de Águas Lindas de Goiás. Segundo, os escritos do próprio MPEG,

As irregularidades dos loteamentos, até mesmo os instituídos pelo Poder Público local, geraram problemas Ambientais graves e de difícil solução, especialmente em razão do avanço das propriedades nas APP's, principalmente os locais de alagamento, tornando-se anos objetivando mitigar os problemas gerados pela intensa impermeabilização do solo, tais como a construção de galerias de águas pluviais e do sistema e coleta do esgoto sanitário (MPEG, 2013).

Entretanto, não iremos entrar no mérito, de discutir o grau dos impactos ambientais, causado pelo parcelamento irregular do solo, na comunidade Recreio, neste tópico em questão. Mas ressaltamos que o Poder Público de Ág. Lindas-GO, projetou e executou o loteamento Recreio, de forma meramente irregular, perante aos Marcos Institucionais Ambientais brasileiros. Logo, a comunidade Recreio não deveria existir, enquanto loteamento. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, da configuração espacial do loteamento Jardim Califórnia, no ano de 2017.

Loteamento Recreio - 2017



No ano de 2017, os padrões dos usos das ocupações, consistia ainda na predominância de lotes residenciais, com suas respectivas casas, enquanto aos lotes comerciais, as quais foram implantados mais supermercado, pizzaria, e restaurante, pelos empresários e moradores da localidade. No entanto, o loteamento Recreio é voltado exclusivamente para o uso habitacional, mas coexistindo com alguns usos comerciais, não definidos pelo Plano Diretor municipal, de Águas Lindas-GO.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Recreio, 2.2017.

Entretanto, a comunidade Recreio, encontra-se com processo de urbanização consolidada. Já a infraestrutura urbana, constata-se ainda um predomínio, de ruas sem asfaltos e saneamento básico, mas contendo um sistema de energia elétrica. Enquanto aos serviços públicos, foi constatado mais outro sistema de transporte rodoviário (Ligando Águas Lindas-GO a Regiões Administrativas de Brasília, vice e versa), atendendo os moradores do loteamento. Segundo relatos dos residentes da comunidade, existem serviço de coleta de lixo no loteamento Recreio, e que também há, Agentes municipais de Saúde, que vistoriam os lotes residenciais, motivados a detectar focos de dengues e demais doenças transmissíveis por insetos na comunidade em questão. Contudo o Planejamento Urbano e os Serviços Públicos, ofertados pelo Poder Público municipal, no período entre 2010 e 2017, na comunidade Recreio, não obtiveram desenvolvimento satisfatórios, em atender a população local adequadamente.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Rua, Loteamento Recreio, 2.2017.

Entre 2010 e 2017, foram instalados também no loteamento Recreio, através de programas habitacionais, condomínios residenciais para famílias de baixa renda. Desse modo, grande parte do aumento das ocupações na comunidade Recreio, se deve também a programas habitacionais do Governo Federal. Portanto, diferentemente de outras localidades do próprio loteamento Recreio, os condomínios residenciais voltados para habitação de pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, foram instalados em Arruamentos com Asfalto, e por outro lado, com Sistema de Drenagem de Esgoto.

9.3.3 Impactos Ambientais

A imagem de satélite trabalhada em SIG, retratará o loteamento Recreio e consequentemente as Áreas de Preservação Permanentes - APP. Por conseguinte, discutiremos os impactos ambientais antrópicos, ocasionado pela expansão urbana desenfreada e descontrolada, na comunidade de estudo. Logo abaixo, teremos uma representação espacial, da área de impacto ambiental, no loteamento Recreio.

Impactos Ambientais - Loteamento Recreio



Latitude: 22 790604.48; Latitude: 8252387.17
 Fonte: CNES - Airbus, Google Earth
 Data: 06/05/2017

Legenda

- Nascente
- Drenagem
- Córrego
- Mata Galeria
- Área do Loteamento



Universidade de Brasília
 Instituto de Ciências Humanas
 Departamento de Geografia

Curso: Prática e Pesquisa de Campo 2
 Orientador: Rafael Sânzio A dos Anjos

Orientando: João Jean M de Freitas
 Matrícula: 13/0116637

Elaboração Cartográfica: João Jean
 Data: 20/01/2018

Ao consultarmos, o Plano Diretor Urbano do município de Águas Lindas de Goiás, no seu Capítulo 1, mais precisamente no Artigo 7, veremos que este expressa, que “*O Princípio da Preservação Ambiental visa proteger o reservatório do Rio Descoberto, a hidrografia e as matas ciliares dos fundos dos vales, onde não serão permitidas nenhuma forma de ocupação*”. (Lei nº 341, de 7 de agosto de 2002). Mas ao analisarmos, a imagem de satélite acima, do loteamento Recreio, podemos constatar que ocorreram impactos ambientais, ocasionados pela expansão urbana, da comunidade em questão. Pois determinadas nascentes, drenagens e matas galerias foram extinguidas, pela expansão desenfreada e desordenada do loteamento. Logo, possivelmente chegará as margens do córrego, existente no loteamento em estudo.



Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Ocupações Urbanas em Área de Nascente, 2.2017.

Inspeções realizadas, no perímetro do loteamento Recreio, foi constatado a existência de ocupações urbanas, próximos as áreas de nascentes e suas respectivas drenagens. No entanto, essa hidrografia existente na comunidade Recreio, faz parte da bacia hidrográfica do Rio Descoberto. Contudo, o Plano Diretor municipal de Ág. Lindas-GO, tem como princípio abnegar qualquer ocupação urbana, próximas as Áreas de Preservação Permanente - APP, do município em questão. Mas como ressaltamos e visualizarmos, através das imagens de satélite e registros fotográficos, existem expressivas ocupações urbanas, em áreas de preservação ambiental.

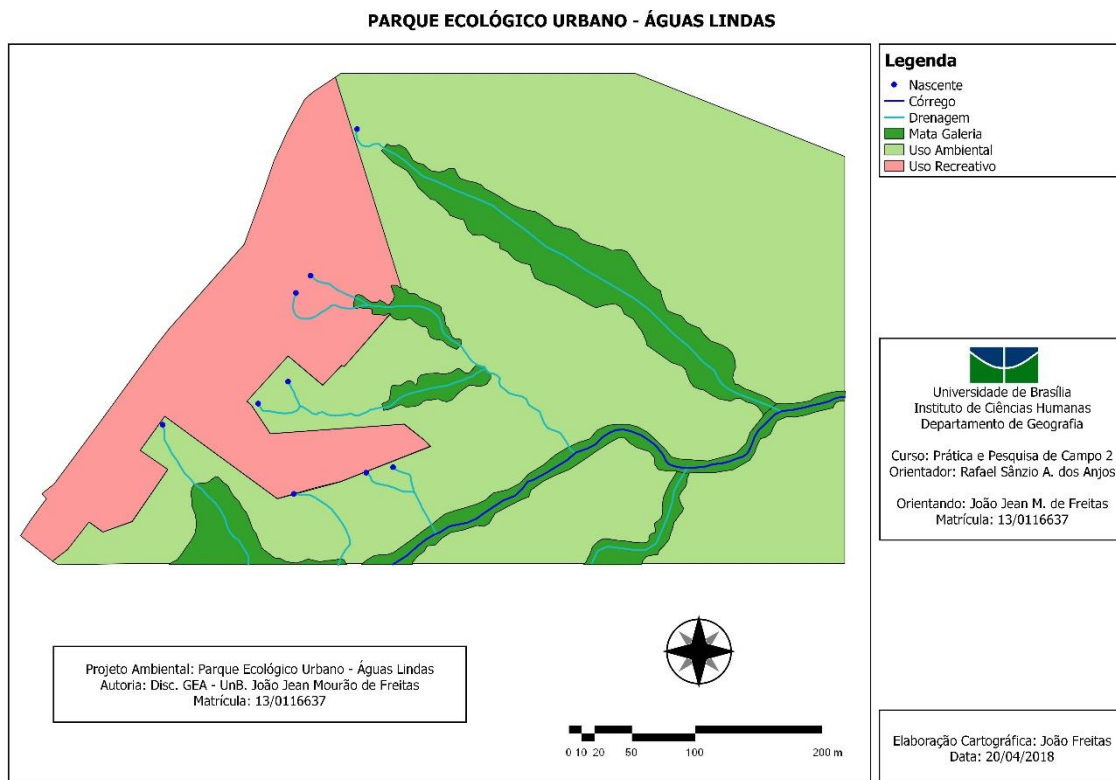


Fonte: Trabalhos de Campo, 2.2017. Local: Área de Preservação Permanente - APP, 2.2017.

Dentre os impactos negativos significativos, encontrados no loteamento Recreio, como destacamos a ocupação urbana, e por outro lado, a comercialização de lotes em Área de Preservação Permanente - APP. Desse modo, a comunidade Recreio contém os mais expressivos impactos ambientais antrópicos, considerando todos os loteamentos existentes em Ág. Lindas-GO. Contudo, a comunidade Jardim Recreio, é um exemplo didático, de descaso e arbitrariedade contra sociedade e o meio ambiente, perpetrado pelo capital imobiliário e a própria Administração Pública local.

9.3.4 Recomendação

O projeto cartográfico, pretende apresentar uma proposta de Parque Ecológico Urbano, ao invés de uma nova proposta de urbanização ao loteamento Recreio. Refletido e elaborado, para preservar o ecossistema presente, e sua biodiversidade, desta comunidade de estudo. Em seguida, teremos uma representação cartográfica, propondo uma recomendação de Parque Ecológico, ao loteamento Recreio.



A comunidade Recreio, é um bairro residencial de Ág. Lindas-GO, contendo os mais significativos impactos ambientais. Pensando neste fator, foi elaborado um projeto, não de uma nova urbanização, mas sim de um Parque Ecológico, nesta área de estudo, por causa do estágio de degradação ambiental, encontrado neste loteamento. De acordo com o autor Kliass, parques urbanos são “*espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais principalmente, de cobertura vegetal, destinadas à recreação*” (KLIASS, 1993). Contudo, as ocupações urbanas do Loteamento Recreio, cederiam sua área, para um Parque Ecológico Urbano, devido ao seu ecossistema, rico em nascentes e drenagens, e de espécies vegetais e animais existente no local. Enquanto aos moradores, seriam alocados para conjuntos habitacionais, para famílias de vulnerabilidade econômica, no próprio município de Ág. Lindas-GO. Logo, o custo de edificação, operação, manutenção do Parque Ecológico Urbano, ficaria a cargo do Estado brasileiro, pois é o único com recursos matérias e humanos, para custear o Projeto.

CONCLUSÃO

Ao todo foram pesquisados e perpetrados trabalhos, em três loteamentos do município de Águas Lindas de Goiás, descrevendo-os e analisando-os em perspectiva, enquanto ao seu processo de ocupação e uso da terra. Desse modo, podemos ressaltar, que a expansão da mancha urbana dos loteamentos de pesquisa se deve, em maior decorrência, a

comercialização de lotes a preços irrisórios, comparados a das Regiões Administrativas do Distrito Federal. No entanto, este processo de ocupação urbana, ocorre desenfreado e desrespeitando marcos institucionais urbanos e ambientais, da República Federativa do Brasil. Enquanto os usos das ocupações, nos loteamentos de pesquisa, verificamos predominantemente o uso habitacional, mas coexistindo com *uso comercial*, por outro lado, temos a inexistência do uso industrial. Com relação ao Planejamento Urbano e Serviços Públicos ofertados pelo Poder Público local, este mostra-se incapaz ou ineficiente para atender, os moradores das comunidades de estudos. Por razões, até o momento desconhecidos, talvez falta de preparo ou conhecimento, na gerência da máquina pública local. Não obstante, não só as populações dos loteamentos de pesquisa, mas quase todas comunidades do município de Ág. Lindas-GO, continuam nas dependências de serviços públicos e ofertas de emprego das RA's do DF.

Com relação aos impactos ambientais, podemos inferir que os ecossistemas, aos arredores dos loteamentos de pesquisa, foram alterados pela expansão urbana dos mesmos. O grande número de residências e a existência de vias pavimentadas/não pavimentadas são vetores de estresse para o ambiente estudado. Os efeitos da urbanização podem ser variados, sempre existindo impactos sociais e ambientais negativos. Um efeito imediato é a impermeabilização do solo e que, como um efeito em cadeia, afeta a vegetação e a fauna. Os conjuntos residenciais, próximos as Áreas de Preservação Permanente - APP, são compostos por grandes e médias edificações. As vias urbanas, com todo seu movimento e barulho inerente, podem afastar animais, os quais migram para outros locais, em busca de proteção e abrigo. Portanto, gerando uma perda de diversidade, nas espécies animais locais, que já não encontram as condições necessárias para sua sobrevivência, nas comunidades de estudo. Por outro lado, espécie vegetais invasoras, com seu grau de adaptabilidade ao ambiente modificado, passa a ocupar com sucesso o nicho esvaziado. Contudo, os impactos ambientais causados pela urbanização intensa, permite nos deduzir que as áreas dos loteamentos da pesquisa, não estão com seu equilíbrio ambiental equilibrado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. (**Estatuto da Metrópole**).

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (**Código Ambiental**).

- BRASIL. Lei nº 341, de 7 de agosto de 2002. (**Plano Diretor de Ág. Lindas-GO**).
- ALMEIDA, BUAINAIM, RAMOS, VIEIRA. **O Centro-Oeste Brasileiro como Fronteira Agrícola**.
- COSTA E FERREIRA. **Planejamento Urbano e Gestão de Riscos: Vida e Morte nas cidades brasileiras**. São Paulo: Ano x, Vol.10, n.2, agosto – dezembro/2010.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-1996: o esgotamento de um processo de ocupação** / José Marcos Pinto da Cunha. – Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2002.
- KELLER, Elza Coelho de Souza; MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. População. In: GALVÃO, Marília Velloso. (Org.) **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, v.4, p. 113-91.
- Kliass, R. G. (1993). **Os parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini. 211 p.
- MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.
- PIRES, Murilo José de Souza. **O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste - REN, Vol. 40, n. 03, Julho Setembro/2010.
- STEINBERGER, Marília (org.) **Território, Estado e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberger et al – Brasília: Ler Editora, 2013.
- STEINBERGER, Marília. **Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica**. In: STEINBERGER, MARÍLIA (Org.). Territórios turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora, 2009.
- VIEIRA NETO, José. **A urbanização da região centro-oeste brasileira**, 2008.
- MILTON SANTOS E MARIA LAURA SILVEIRA. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MILTON SANTOS. **A Urbanização Brasileira**. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia – HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601 - 042, São Paulo, Brasil.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, 1998.